Relatório de Gestão

2019

www.cm-vnpaiva.pt

Índice

Introdução 5
1.1 – Equilíbrio orçamental 6
1.1.1 – Regra do equilíbrio orçamental 6
1.1.2 – Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental 7
1.2 – Endividamento municipal 8
1.2.1 – Limite da dívida total 8
1.2.2 – Entidades relevantes para a determinação do limite da dívida total 9
1.2.4 – Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal 10
1.2.5 – Apuramento da dívida total 12
1.2.6 – Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) 14
1.2.7 – Empréstimos de curto prazo 14
2 – Grandes Opções do Plano 15
2.1 – Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) 16
2.3 – Funções Sociais 21
2.4 - Atribuição de alvarás de construção e outros no âmbito das obras particulares 32
2.5 - Transferências de Capital e Correntes 33
2.6 - Empreitadas e Fornecimentos 34
2.7 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Nova de Paiva 35
3 – Análise da Situação Financeira 37
3.1 – Análise Gráfica das Receitas Correntes 37
3.2 – Análise Gráfica das Receitas de Capital 41
3.3 - Análise Gráfica das Despesas Correntes: 42
3.4 - Análise Gráfica das Despesas de Capital: 46
4 - Análise da evolução da Despesa de Capital Realizadas v/s Receita Capital Realizadas, em relação ao ano 2018. 50
4.1 - Análise da evolução das Despesas Correntes Realizadas e das Receitas Correntes Cobradas, em relação ao ano 2018: 50
4.2 – Análise dos desvios entre as Receitas e as Despesas Previstas e as Realizadas 54
5 – Pessoal 56
6 - Evolução do Investimento Total nos últimos 8 anos 58
6.1 – Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros (C/ Operações de Tesouraria) 59
7 – Indicadores de Gestão Orçamental 67
7.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas 67
7.2 – Estrutura da Receita 71
7.3 - Estrutura da Despesa 75

7.4 - Relação dos Fundos Municipais Correntes com as principais componentes da Despesa Corrente 81
7.5 - Relação das receitas cobradas localmente com as principais componentes da despesa corrente 82
7.6 - Grau de financiamento do investimento 83
7.7 - Grau de cobertura da despesa 85
7.8 - Outros Rácios 85
7.9 – Grau de cobertura do saldo final de gerência e peso do serviço total de dívida 87
8 - Indicadores de Gestão Patrimonial 87
8.1 – Rácios de Liquidez 88
8.2 – Rácios de Alavanca Financeira 89
8.2.1 - Grau de dependência dos empréstimos a curto, médio longo prazos 89
8.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia 92
8.3.1 - Autonomia Financeira 92
8.4 – Rácios de Cobertura dos Custos Fixos 94
9 - Resultados 95
9.1 - Resultado da Gerência 95
9.2 - Resultado da Gerência - Resumo 96
9.3 - Resumo dos Fluxos de Caixa 97
9.4 - Proposta para a aplicação dos resultados líquidos 98

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

No cumprimento do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tenho a honra de apresentar à aprovação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2019, constituídos por:

- Relatório de Gestão
- Demonstração de resultados
- Mapas de execução orçamental
- Anexos às demonstrações financeiras

para que, em conformidade com a alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º da mesma lei, possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º ainda da mesma lei.

No exercício de 2019 o resultado líquido positivo cifrou-se no valor de **984 913,09 € (novecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e treze euros e nove cêntimos)** pelo que, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (doravante POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, se propõe que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados, sendo constituído o reforço anual da conta 571 – "Reservas legais" no valor de **49.245,65 €** correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – "Património" ser já superior a vinte por cento do ativo líquido.

Paços do Município e Gabinete da Presidência, aos 29 de Maio de 2020

O Presidente da Câmara

(Dr. José Morgado Ribeiro)

APROVAÇÕES	
CÂMARA MUNICIPAL	ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Reunião de 05/06/2020	Sessão de ____/____/_____

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2019

Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), e alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e no n.º 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), elaboraram-se os documentos de prestação de contas individuais do Município de Vila Nova de Paiva referentes ao exercício de 2019, e a seguir apresentados, não havendo lugar à apresentação de contas consolidadas.

O Relatório de Gestão contempla os aspetos estabelecidos no ponto 13 das Considerações Técnicas do POCAL, nomeadamente a situação económica e financeira do Município relativa ao exercício.

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos, por vezes demasiado sintética, de forma a dar à linguagem hermética dos números a roupagem necessária à sua plena compreensão.

Com este documento pretende-se ainda deixar o testemunho de um vasto conjunto de informação capaz de habilitar todos os autarcas do concelho, funcionários e demais colaboradores a interiorizarem a complexa realidade da atividade desenvolvida pelo Município no exercício.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.^{os} 85/2016, de 21 de dezembro, e 33/2018, de 15 de maio, revoga o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o POCAL, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão, e é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, e integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, nos Anexos I, II e III ao Decreto-Lei n.º 192/2015.

Foram entretanto publicadas as Portarias n.^{os} 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento do Plano de Contas Multidimensional, e 218/2016, de 9 de agosto, que aprova o

Regime Simplificado do SNC – AP, aplicável às entidades que, integrando o SNC-AP, cumpram os requisitos para serem consideradas pequenas entidades ou microentidades.

Por força do art.º 98.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, aprovada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, em 2019, as entidades integradas no subsetor da administração local continuam a aplicar o referencial contabilístico de 2018. A partir de 1 de janeiro de 2019, com vista a garantir a plena transição para o SNC-AP, as entidades referidas asseguram as diligências necessárias com vista à adoção do SNC-AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer às normas de contabilidade pública previstas no POCAL, havendo depois, a partir de 1 de janeiro de 2020, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.

De referir ainda que, no âmbito da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, diploma que consagra medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS - CoV -2, agente causador da doença COVID -19, procede à ratificação dos efeitos do Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, e aprova as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, nomeadamente o ajustamento dos prazos previstos no artigo 76.º do RFALEI, em matéria de apreciação dos documentos de prestação de contas individuais.

Assim, de acordo com o art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, as reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais previstas para o mês de abril podem realizar-se até 30 de junho de 2020, dispondo, por sua vez, o art.º 4.º da mesma lei, que as entidades previstas nos n.^{os} 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, onde se incluem as autarquias locais, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial (caso da Câmara Municipal), podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º da mesma lei.

1.1 – Equilíbrio orçamental

1.1.1 – Regra do equilíbrio orçamental

O n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI estabelece como regra do equilíbrio orçamental que a receita corrente bruta cobrada deve cobrir, pelo menos, a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o que é o mesmo que dizer que num dado exercício se considera haver equilíbrio orçamental quando o **saldo corrente** (diferença entre a receita corrente bruta cobrada e a despesa corrente) cobrir, pelo menos, o valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos.

Estipula o n.º 3 do art.º 40.º do RFALEI, que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias pode registar, em determinado ano, um valor negativo

inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

1.1.2 – Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental

Todos os empréstimos de médio e longo prazos existentes em 1 de janeiro de 2014, data de entrada em vigor do RFALEI, eram empréstimos cujo capital tinha sido integralmente utilizado ou parcialmente utilizado, neste caso com o respetivo prazo de utilização/período de carência já esgotado, pelo que, nestas condições, de acordo com o n.º 4 do art.º 40.º e art.º 83.º do RFALEI, para efeitos da determinação do saldo corrente consideram-se amortizações médias o montante correspondente à divisão do capital em dívida em 1 de janeiro de 2014 pelo número de anos de vida útil remanescente dos contratos.

O valor assim apurado será utilizado em todos os anos de vida útil remanescente dos contratos para apurar o montante total da amortização média dos empréstimos a considerar para efeitos da regra de equilíbrio orçamental. As amortizações médias apuradas dos empréstimos de médio e longo prazos, inicialmente no valor de **589.517,20 €** em 1 de janeiro de 2014 (cf. Relatório de Gestão de 2014), ascendem no exercício de 2019 a **576.149,70 €** conforme Quadro I abaixo.

Nos exercícios de 2014 a 2019 não foram contraídos quaisquer empréstimos de médio e longo prazos.

Operação	Capital Utilizado	Data início	Data fim	Capital em dívida em 31.12.2019	Vida útil remanescente (em anos) Em 31.12 2019	Amortizações médias consideradas em 01.01.2019	OBS. (a)
CGD – PT 0035089400004045091	€ 788.100,68	27.01.2000	27.01.2020	€ 18.438,87	1	€ 65.750,70	
CGD – PT 0035901500021851091	€ 538.701,73	31.07.2001	30.08.2021	€ 68.573,26	2	€ 37.746,43	
CGD – PT 0035901500031318091	€ 625.309,00	13.08.2002	13.08.2022	€ 140.003,02	3	€ 48.255,36	X
CGD – PT 0035901500032739091	€ 394.625,62	20.11.2002	20.11.2022	€ 67.947,03	3	€ 22.649,01	X
CGD – PT 0035901500032500091	€ 345.225,67	29.11.2002	28.11.2022	€ 70.047,76	3	€ 22.764,21	X
CGD – PT 0035901500032519091	€ 219.290,66	29.11.2002	28.11.2022	€ 44.138,89	3	€ 14.397,17	X
CGD – PT 0035901500034317091	€ 557.820,23	12.12.2002	12.12.2022	€ 121.342,98	3	€ 39.735,21	X
CGD – PT 0035901500032497091	€ 535.600,00	30.12.2002	30.12.2022	€ 101.203,91	3	€ 33.357,41	X
CGD – PT 0035901500033329091	€ 82.258,33	20.01.2003	20.01.2023	€ 16.304,23	4	€ 4.425,43	X
CGD – PT 0035901500034529091	€ 161.464,65	20.02.2003	20.02.2023	€ 31.073,74	4	€ 8.434,30	X
CGD – PT 0035901500037269091	€ 364.024,00	16.07.2003	16.07.2018	€ 0,00	0	€ 59.191,49	
CGD – PT 0035901500051369091	€ 762.322,00	29.11.2006	28.11.2026	€ 321.981,94	7	€ 45.883,10	
CGD – PT 0035901500058151091	€ 439.460,00	17.12.2007	17.12.2019	€ 0,00	0	€ 38.875,48	
CGD – PT 0035901500075447091	€ 289.323,75	20.03.2012	20.12.2020	€ 33.065,58	1	€ 33.065,57	X
CGD – PT 0035901500075455091	€ 394.637,25	20.03.2012	20.12.2020	€ 45.101,40	1	€ 45.101,40	
CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga – Emp. N.º 56049915738	€ 761.133,82	15.11.2010	15.11.2030	€ 311.159,49	11	€ 33.007,87	
				€ 200.000,00	11	€ 11.764,71	X
PAEL Prog. II – Emp.0289E118132012.01	€ 410.291,32	15.11.2013	15.05.2027	€ 219.798,65	8	€ 28.259,86	
PAEL Prog. II – Emp.0289E118132012.02	€ 158.598,90	15.11.2013	15.05.2027	€ 84.963,81	8	€ 10.923,90	
TOTAL	€ 7.828.187,61			€ 1.895.114,56		**€ 576.149,70**	

Em 31 de dezembro de 2019 o capital em dívida à Caixa Geral de Depósitos ascendia a €1.038.557,63, que corresponde a cerca de 54,80% do capital em dívida por empréstimos de médio e longo prazos, enquanto à CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga totalizava € 511.159,49 (26,97% do capital em dívida) e à DGTT – Direção-Geral do Tesouro e Finanças, referente ao Programa II do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, o total de € 345.397,44 (18,23% do capital em dívida).

O limite da despesa corrente do Município de Vila Nova de Paiva no exercício de 2019, face aos elementos contabilísticos constantes do Mapa de Fluxos de Caixa e o total das amortizações médias indicado no Quadro I que antecede, é o constante no Quadro II seguinte:

Quadro II

• (1) Receita Corrente Bruta Cobrada em 2019	5.720.985,11 €
• (2) Despesa corrente em 2019	4.566.786,84 €
• (3) **Saldo corrente** [= (1) – (2)]	1.154.198,27 €
• (4) Amortizações médias atualizadas a 31.12.2019 dos empréstimos de médio e longo prazos existentes em 01.01. 2014 (art.º 83.º do RFALEI)	576.149,70 €
• (5) Amortizações médias de empréstimos de médio longo prazos contratados a partir de 01.01.2014 até 31.12.2019 (*não houve*)	0,00 €
• (6) Total das **amortizações médias** [= (4) + (5)]	576.149,70 €
➔ (7) Saldo corrente – Amortizações médias [= (3) – (6)]	578.048,57 €

Constata-se que no exercício de 2019 o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI, visto o saldo corrente cobrir, pelo menos, as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos.

1.2 – Endividamento municipal

1.2.1 – Limite da dívida total

De recordar que com a entrada em vigor do RFALEI e revogação da anterior Lei das Finanças Locais, os limites impostos ao endividamento de médio e longo prazo e ao endividamento líquido, foram substituídos por um novo limite ao endividamento municipal: o limite da dívida total.

O limite da dívida total é definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI: "*a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*"

A dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total previstas no art.º 54.º do RFALEI, engloba assim (art.º 52.º, n.º 2):

ii) Os contratos de locação financeira;

iii) Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras;

iv) Todos os débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Estabelece o n.º 3 do art.º 52.º, sempre que um município:

a) Não cumpra o limite da dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto nos artigos 56.º e seguintes, acerca dos mecanismos de alerta precoce e dos mecanismos de recuperação financeira municipal;

b) Cumpra o limite da dívida total, **só pode aumentar**, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De referir, de acordo com o n.º 4 do art.º 52.º do RFALEI, que o incumprimento destas obrigações é equiparado, para efeitos de responsabilidade financeira, à ultrapassagem do limite da dívida total nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, nomeadamente do seu artigo 65.º (responsabilidades financeiras sancionatórias).

1.2.2 – Entidades relevantes para a determinação do limite da dívida total

São entidades relevantes para efeitos do apuramento do montante da dívida total de cada município, as seguintes (art.º 54.º, n.º 1, do RFALEI):

• Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso de acordo com o critério previsto no n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;

• As entidades intermunicipais (comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas) e as entidades associativas municipais, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento, na ausência de critério estabelecido pelos seus órgãos deliberativos;

• As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nas demais situações previstas na alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º do RFALEI;

• As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta e indireta, do município;

• As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do art.º 75.º do RFALEI, o controlo ou presunção do controlo por parte do município, pelo montante total.

Como o Município de Vila Nova de Paiva não dispõe de serviços municipalizados ou intermunicipalizados, não detém ou participa em empresas locais, por inexistentes, nem participa em

quaisquer outras sociedades, nem em cooperativas ou fundações, nem controla quaisquer outras entidades, as entidades relevantes para o apuramento da dívida total são as seguintes:

Entidades Intermunicipais

- CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, de Tondela.

Entidades associativas municipais

- AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, de Tondela.
- ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva, de Viseu;
- AIRC – Associação de Informática da Região Centro, de Coimbra;
- ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de Coimbra;
- Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, de Belmonte.

1.2.3 – Apuramento do limite da dívida total

Com base nos elementos contabilísticos extraídos dos Mapas do Controlo Orçamental da Receita das Prestações de Contas dos Exercícios de 2016, 2017 e 2018, o limite da dívida total do Município de Vila Nova de Paiva, no exercício de 2019, é de **8.319.365,86 €** valor apurado nos termos definidos na parte final do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI e que a seguir se apresenta:

Quadro III

Receita Corrente Líquida Cobrada (RCLC) nos anos de 2016, 2017 e 2018 (n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI)	Valor
• (1) RCLC no Exercício de 2016	5.503.363,20 €
• (2) RCLC no Exercício de 2017	5.556.889,77 €
• (3) RCLC no Exercício de 2018	5.578.478,75 €
• (4) Total [= (1) + (2) + (3)]	16.638.731,72 €
➔ (5) Média da RCLC cobrada nos três exercícios [= (4) : 3]	5.546.243,91 €
➔ (6) 75% X Média da RCLC [= 0,75 X (5)]	4.159.682,93 €
❖ (7) **Limite da Dívida Total em 2019** [= 1,50 X (5)]	**8.319.365,86 €**

1.2.4 – Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal

O RFALEI estabelece mecanismos de alerta precoce de desvios ao montante da dívida total relevante para o limite de cada município, bem como os mecanismos de recuperação financeira municipal (saneamento financeiro e recuperação financeira), face aos limites calculados no Quadro III que antecede. Assim:

E/D	Dívida Total (DT) face à Média da RCLC	Situação financeira	Mecanismo de recuperação financeira	Norma do RFALEI	Obs.
EQUILÍBRIO	DT > 75% x Média	Equilíbrio financeiro relativo	Saneamento financeiro Pode recorrer a financiamento para reprogramação de dívida e consolidação de passivos financeiros	Art.º 58.º, n.º 1, alínea b)	1)
	DT ≥ Média	Equilíbrio financeiro relativo	Saneamento financeiro Pode recorrer a financiamento para reprogramação de dívida e consolidação de passivos financeiros	Art.º 58.º, n.º 2	2)
	DT < Média	Equilíbrio financeiro absoluto	Não necessita de recorrer a mecanismos de recuperação financeira	*A contrario* do art.º 58.º, n.º 2	
DESEQUILÍBRIO	DT ≥ 1,5 x Média	Desequilíbrio financeiro (conjuntural)	Saneamento financeiro Deve recorrer a financiamento	Art.º 58.º, n.º 1, alínea a)	3)
	DT ≥ 2,25 x Média	Desequilíbrio financeiro (estrutural)	Saneamento financeiro Obrigatório recorrer a financiamento ou aderir ao procedimento de recuperação financeira do art.º 61.º	Art.º 58.º, n.º 3	4)
	DT > 3 x Média	Rutura financeira	Recuperação financeira Recurso obrigatório ao procedimento de recuperação financeira do art.º 61.º	Art.º 61.º	5)

Observações:

1) Se a Dívida Total, nesta situação considerada com exclusão do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos, for superior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (calculada em (6) no Quadro III que antecede), o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros;

2) A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) informa também do facto, nomeadamente, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais (art.º 56.º, n.º 1, do RFALEI);

3) A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), para além das entidades referidas na observação 2., informa também da ocorrência o Banco de Portugal (art.º 56.º, n.º 2, do RFALEI). Sem prejuízo de dever contrair empréstimos para saneamento financeiro, deve o município reduzir, no exercício seguinte, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido (art.º 52.º, n.º 3, alínea a), do RFALEI);

4) Se a dívida total se situar entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair empréstimos para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no art.º 61.º do FLALEI, nos termos a definir por diploma próprio, ainda não publicado (de notar que a partir de 1 de janeiro de 2019 deixou de vigorar para o efeito o Fundo de Apoio Municipal (FAM) instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, ao ser introduzida uma nova redação ao art.º 61.º e revogados os artigos 62.º a 64.º, todos do RFLAEI, com a nova versão deste regime financeiro aprovada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

5) Se a dívida total ultrapassar 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município entra em rutura financeira, e é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no art.º 61.º

1.2.5 – Apuramento da dívida total

Conforme Quadro I do n.º 1.1.2., o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos ascende a 1.895.114,56 € em 31 de dezembro de 2019.

Calcula-se nos Quadro IV e V seguintes a dívida total do Município nos termos do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI por reporte a 31 de dezembro de 2019, mediante o apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, com os contributos comunicados pelas entidades relevantes para a referida dívida total.

➢ **Do Município:**

Quadro IV

Apuramento da dívida total de operações orçamentais em 31.12.2019 (n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI)		**Valor**
• (1) Capital em dívida de médio e longo prazos		1.895.114,56 €
• (2) Contratos de locação financeira		---
• (3) Outras formas de endividamento junto de instituições financeiras		---
• (4) Débitos a terceiros de curto prazo decorrentes de operações orçamentais:		
✓ Fornecedores c/c	143.864,51 €	
✓ Fornecedores – Faturas em receção e conferência	42.411,75 €	
✓ Fornecedores de imobilizado c/c	218.062,75 €	
✓ Estado e outros entes públicos	24.638,75 €	
✓ Outros credores	95.057,99 €	
Total (4)	**524.035,97 €**	
• **(5) Dívida total de operações orçamentais** [= (1) + (2) + (3) +(4)]		**2.419.150,53 €**

Das entidades intermunicipais e entidades associativas municipais:

Quadro V

Entidade	Percentagem de imputação	Dívida relevante
(1) CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	3,57 %	27 071,30 €
(2) ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses	0,283% da quota anual	1 152,01 €
(3) ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva	(Quota anual)	5 933,76 €
(4) AIRC – Associação de Informática da Região Centro	1,403%	4.198,86 €
(5) AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	2,412%	212.652,56 €
(6) Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad	(Quota anual)	1 500,00 €
• **(7) Total da dívida relevante** [= (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)]		**247.508,49 €**

Assim, a dívida total do Município em 31 de dezembro de 2019 era a seguinte, como resulta do somatório dos totais dos Quadros IV e V:

Dívida Total = (2 419 150,53 € + 247 508,49 €) = 2 666 659,02 €

Assim, de acordo com as disposições do RFALEI, verifica-se no exercício de 2019 que:

a) A dívida total, com exclusão dos empréstimos, ascende a 771 544,46 € = (2 666 59,02 € – 1.895.114,56 €), que é muito inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (4.159.682,93 € conforme Quadro III), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI;

b) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (que é de 5.546.243,91 € conforme Quadro III), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI;

c) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI e calculado no Quadro III (8.319.365,86 €) pelo que, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2020 no valor correspondente a 20 % da margem bruta disponível no início do exercício, ou seja:

- Margem bruta = Limite da Dívida total – Dívida total (em 31.12.2019) =
  = 8 319 365,86 € – 2 666 659,02 €= **5 652 706,83 €**;
- Margem utilizável em 2020 = 20% x 5 652 706,83 € = 1 130 541,37 €

1.2.6 – Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM)

O Fundo de Apoio Municipal (doravante FAM) instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios tendo em vista a sua recuperação financeira e prevenção de situações de rutura financeira, tendo o valor da contribuição do Município de Vila Nova de Paiva para o capital social do FAM sido fixado em 329.934,65 € (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos), calculado de acordo com a fórmula prevista no n.º 3 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014 e a realizar em sete anos em duas prestações anuais nos meses de junho e dezembro, no valor anual de 47.134,00 € nos anos de 2015 a 2020 e de 47.130,65 € no ano de 2021.

Até 31 de dezembro de 2017 foi realizado capital no montante de 141.402,00 €.

Entretanto pelo art.º 303.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, foi alterado o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, passando a dispor que para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos n.^{os} 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade, ou seja, em 2018, 35.350,50 €, em 2019, 23.567,00 €, e em 2020, € 11.783,50. Assim, por força desta redução, o capital subscrito pelo Município foi reduzido de 329.934,65 € para 212.103,00 €,

Até 31 de dezembro de 2019 foi realizado o capital total de 200.319,5 €, faltando assim realizar 11.783,50 €.

1.2.7 – Empréstimos de curto prazo

No ano de 2019 não foram contratados quaisquer empréstimos bancários de curto prazo.

2 – Grandes Opções do Plano

2.1 – Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos)

Rubricas	2015	% do Nível Execução Anual	2016	% do Nível Execução Anual	2017	% do Nível Execução Anual	2018	% do Nível Execução Anual	2019	% do Nível Execução Anual
FUNÇÕES GERAIS										
Administração Geral	61 330,57 €	45,34%	94 804,62 €	70,02%	246 253,88 €	86,64%	150.895,14 €	84,68%	59 808,40 €	37,04%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	16 561,95 €	74,32%	134 667,36 €	98,27%	- €	0,00%	- €	0,00%	14 951,81 €	16,38%
FUNÇÕES SOCIAIS										
Ensino Não Superior	11 143,92 €	85,39%	36 917,07 €	90%	49 181,00 €	87,60%	23.206,00 €	39,05%	79 104,24 €	83,44%
Serviços Auxiliares de Ensino	324 859,47 €	79,43%	91 335,35 €	70%	92 954,95 €	43,80%	288 198,50 €	69,89%	280 613,84 €	70,54%
Saúde	0,00 €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Segurança	356 074,96 €	100%	357 720,39 €	100%	358 936,44 €	100,00%	378 647,93 €	96,28%	386 068,42 €	94,62%
Ação Social	10,15 €	2,03%	5 213,00 €	100%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Habitação	- €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Ordenamento do Território	252 919,74 €	95,33%	104 124,86 €	98%	45 768,30 €	94,81%	2 503,06 €	98,16%	- €	0,00%
Saneamento	36 777,00 €	96,65%	49 841,57 €	47%	236 529,74 €	72,06%	557 035,38 €	97,81%	250 768,85 €	59,87%
Abastecimento de Água	50 556,32 €	95,99%	4 503,22 €	95%	1 252,55 €	10,45%	10 490,91 €	92,95%	13 869,48 €	98,69%
Resíduos Sólidos	122 984,57 €	77,60%	162 226,27 €	83%	142 929,80 €	86,04%	162 101,71 €	77,83%	207 100,40 €	86,21%
Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	54 686,39 €	77,98%	39 441,80 €	100%	31 250,00 €	100,00%	94 888,35 €	76,41%	29 174,10 €	31,89%
Cultura	224 019,87 €	98,76%	24 378,68 €	94%	28 762,85 €	71,44%	33 340,35 €	95,69%	13 269,57 €	62,99%

Desporto, Recreio e Lazer	69 600,00 €	84,02%	64 750,00 €	99%	101 682,17 €	100,00%	87 849,68 €	100,00%	84 875,00 €	99,94%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	40 500,00 €	100%	9 350,00 €	100%	7 500,00 €	100,00%	37 000,00 €	100,00%	5 580,00 €	100,00%
FUNÇÕES ECONÓMICAS										
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça	24 111,21 €	96,44%	25 908,17 €	98%	50 652,72 €	73,43	34 296,67 €	87,02	41 671,13 €	78,46
Indústria e Energia	15000,00%	89,88%	- €	0%	20 432,71 €	94,06%	35 090,64 €	96,46%	19 145,64 €	93,69%
Transportes Rodoviários	1 305 467,63 €	91,77%	348 304,66 €	73%	553 591,25 €	74,01%	140 394,08 €	56,63%	159 299,66 €	74,26%
Mercados e Feiras	0,00 €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%	- €	0,00%	42 396,00 €	100,00%
Turismo	43 349,06 €	75,20%	- €	0%	10 719,67 €	100,00%	- €	0,00%	3 500,00 €	65,79%
OUTRAS FUNÇÕES										
Operações da Dívida Autárquica	713 828,09 €	93,97%	676 082,14 €	88,52%	642 501,68 €	93,10%	703 348,75 €	90,91%	599 463,94 €	99,10%
Transferências entre Administrações	12 552,04 €	76,11%	73 779,32 €	93,89%	98 803,06 €	84,36%	103 946,96 €	69,21%	106 650,69 €	75,77%
Diversas não Especificadas	3 850,00 €	27,80%	11.665,08 €	87,38%	22 528,28 €	62,97%	18.348,90 €	87,44%	7 200,00 €	37,20%
Total	**3 740 182,94 €**	**89,19%**	**2 315 013,56 €**	**84,76%**	**2 836 971,81 €**	**80,15%**	**2 861 583,01 €**	**84,49%**	**2 404 511,25 €**	**75,72%**

A execução das Grandes Opções do Plano, é composta por quatro grandes rúbricas: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

Em 2019 o grupo das Funções Gerais que compreende as actividades de âmbito geral da administração da autarquia, designadamente os da área administrativa, financeira e património, teve um peso de 3,11 % da Despesa Total. Em relação ao ano anterior, ocorreu uma diminuição de 101 p.p, no investimento desta rubrica.

O grupo das Funções Sociais é o que representa o maior peso na despesa total com mais de 56,16 % do investimento total realizado, a que correspondeu o montante no valor de 1.350.423,90 €.

Em relação ao ano 2018, este grupo diminuiu em 24 p.p. o valor do investimento. Foram as despesas de "Saneamento", as que mais contribuíram para a descida da despesa deste grupo, pois no ano anterior o município efectuou um forte investimento na requalificação de novas ETARs.

Relativamente ao grupo das Funções Económicas, teve um peso de 11,06 %, na Despesa Total e um aumento de 26,8 p.p. na totalidade da despesa em relação ao ano 2018. As rubricas que mais contribuíram para esta subida, foram os "Transportes Rodoviários", e " Mercados e Feiras".

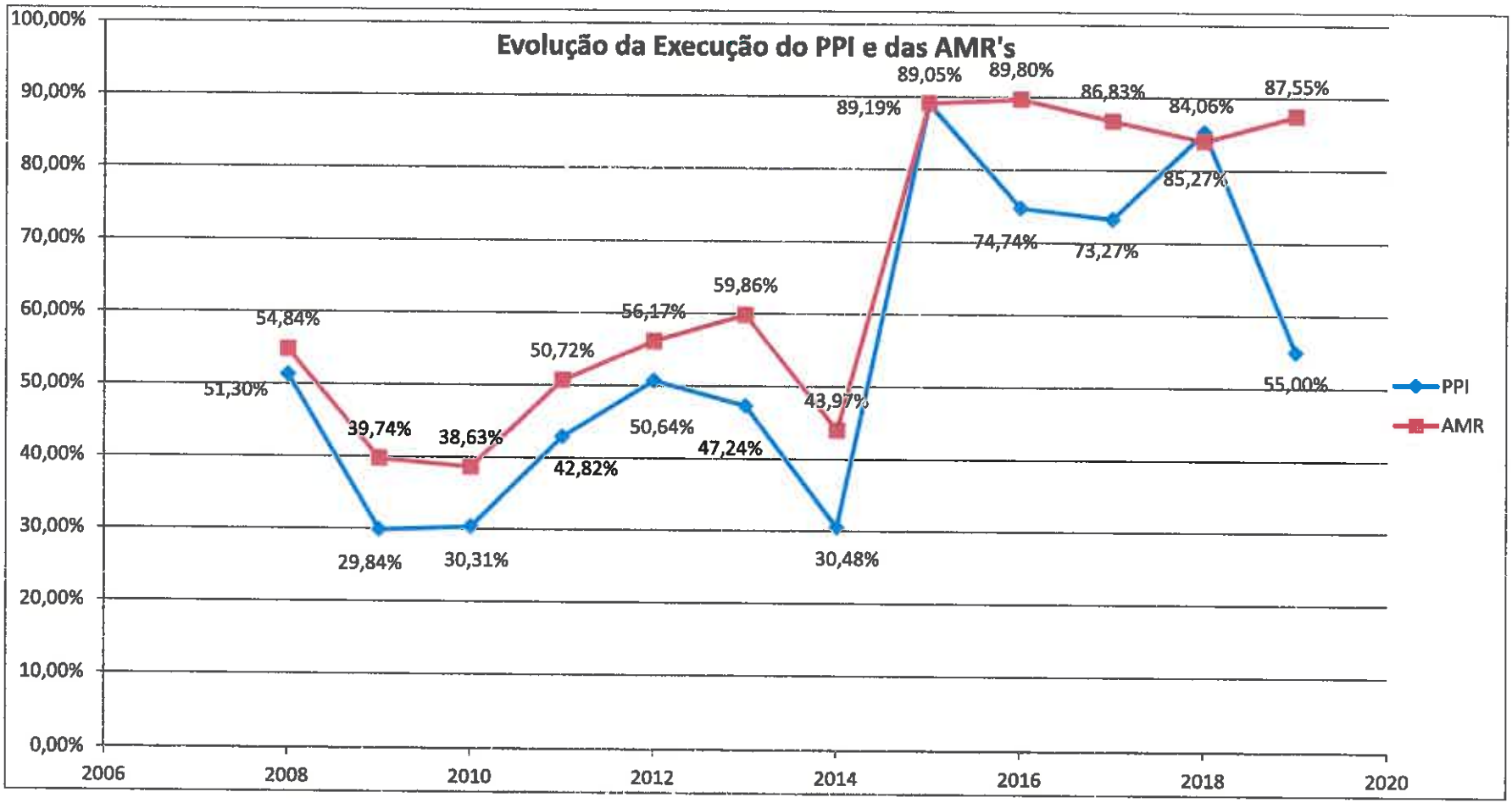
Quanto ao grupo de Outras Funções, tem um peso de 29,67 % no investimento total, um montante de valores semelhantes ao ano anterior. Este grupo, respeita às relações da autarquia com outras entidades da administração, regional e autárquica, cujo montante global ascendeu a 713.314,63 € e diz respeito, a operações de dívida autárquica, às transferências correntes e de capital efectuadas para as Juntas de Freguesia, no âmbito da execução dos protocolos de delegação de competências e de outros investimentos realizados pelas mesmas, bem como para as Associações de Municípios e outras entidades de que o Município de Vila Nova de Paiva faz parte.

2.2 – Evolução da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PPI	30,31%	42,82 %	50,64 %	47,24%	30,48 %	89,05 %	74,74 %	73,27 %	85,27 %	55,00 %
AMR*	38,63%	50,72 %	56,17 %	59,86%	43,97 %	89,19 %	84,76 %	86,83 %	84,06 %	87,55 %

(*) Engloba as Atividades Mais Relevantes, ou seja, tudo o que não é considerado investimento.

Evolução da Execução do PPI e das AMRs



Em termos Globais e conforme consta no Mapa da Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos a execução do PPI foi de 55,00 %. Tendo-se verificado uma diminuição de 30 p.p. em relação à execução do ano anterior.

Convém referir, que a média da execução do Plano Plurianual de Investimentos dos últimos 15 anos, foi de 52,92 % e a média da execução das Actividades Mais Relevantes em igual período, foi de 62,25 %.

2.2.1 - Mapas Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano por Classificação Funcional

2.2.1.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Gastos em Administração Geral em 2019 (em Valores):

Descrição	Ano 2019
Aquisição de Material e Equipamento Informático para os Serviços Municipais	9 888,32 €
Aquisição de Software para os Serviços Municipais	11 394,72 €
Aquisição de Equipamento Administrativo para os Serviços Municipais	2 756,36 €
Aquisição de Equipamento Básico	26 812,00 €
Substituição da cobertura de Edifício Municipal (instalações de radiodifusão sonora local)	8 957,00 €

2.2.1.2 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Segurança e Ordem Pública em 2019 (em Valores):

Descrição	Ano 2019
Remodelação do Quartel da GNR - V.N. Paiva Elaboração do Projeto	14 951,89 €

2.2.1.3 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Protecção Civil e Luta Contra Incêndios em 2019 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3 – Funções Sociais

2.3.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Ensino Não Superior em 2019 (em Valores):

Descrição	Ano 2019
Concessão de apoio ao Agrupamento de Escolas de V.N. Paiva – Apoio para expediente, limpeza e material didáctico e outras	17.500,00 €
Aquisição e Distribuição de Fichas Escolares ao Pré-Escolar e 1.º CEB	6.501,70 €
Educação IN (Sucesso)	279,60 €
Centro de Ciência Viva do Demo	1.069,22 €
Conceção e elaboração de conteúdos da do Centro de Memória das Migrações	53.007,05 €
CresSER com Ciência no Demo: Aquisição de Hardware	746,67 €

2.3.2 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito dos Serviços Auxiliares de Ensino em 2019 (em Valores):

Descrição	Ano 2019
Refeições Escolares	71.535,52 €
Transportes Escolares em Carreiras Públicas	119.400,36 €
Compensação Financeira do Transporte em Períodos Não Lectivos	88.932,96 €
Transportes Ocasionais	745,00 €

2.3.3 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Saúde em 2019 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.4 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Segurança e Acção Social em 2019 (em Valores):

Descrição	Ano 2019
Transferências da CM para Regimes de Segurança Social - Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	219.656,06 €
Transferências da CM para Regimes de Segurança Social – Contribuições para a Segurança Social	166.412,36 €

2.3.5 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Habitação em 2019 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.6 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Ordenamento do Território em 2019 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.7 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Saneamento em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Execução da Extensão da Rede de Esgotos de Outeiro da Levada		2.862,00 €	---
Município	Aquisição e Grandes Reparações de Electrobombas		4.070,55 €	80.923,53 €
Touro	Construção da ETAR da Cerdeira-Touro	Elaboração do Projeto	---	---
		Aquisição de Terrenos	4.712,50 €	700,00 €
		Execução da Obra	158.955,75 €	---
V.C.Coelheira	Construção da ETAR de Vila Cova Coelheira	Elaboração do Projeto	4.440,00 €	---
		Execução da Obra	78.238,60 €	---
		Aquisição de Terrenos	1.560,00 €	----

2.3.8 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Abastecimento de Água em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Aquisição de Contadores	Aquisição de Contadores	---	18.073,61 €
	Aquisição e Grandes Reparações em Electrobombas	Aquisição e Grandes Reparações em Electrobombas	4 070,55 €	80.923,53 €
	Projecto de agregação intermunicipal dos sistemas de água e saneamento: Estudo preleminar de racionalidade e viabilidade económico-financeiro do projecto		9 798,93 €	---

2.3.9 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito dos Resíduos Sólidos em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Transferências para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	Transferências pela Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	80 776,46 €	956.130,63 €
		Transferências pelo Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Exploração do Sistema	102 467,13 €	852.580,12 €
	Ampliação da frota de recolha alocada à rede de equipamentos de recolha selectiva 3F		10 441,89 €	---
	Projecto de implementação da componente 3F na estação de transferência de Vouzela		2.744,5 €	---
	Ampliação e optimização da capacidade de processamento da linha de embalagens do centro de triagem do CTRSU do Planalto Beirão		10 670,27 €	---

2.3.10 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Protecção e Conservação do Meio Ambiente em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
VN Paiva	Regeneração Urbana da Envolvente ao Largo do Ramalhal	Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Ação VNP.01.A da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase A – Rua Padre José Sá Marques / Avenida Aquilino Ribeiro	12.269,25 €	---
		Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Ação VNP.01.B da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva – 2.ª Fase B – Campo da Restauração e areas adjacentes.	12.293,85 €	---
		Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de execução da Ação VNP.08 da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva - Reabilitação da Designada "Casa das Caldeirinhas".	2.067,00 €	---
Pendilhe	Adaptação do Edifício da Latada, para casa mortuária em Pendilhe	Execução da Obra	2.544,00 €	---

2.3.11 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Cultura em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
V. N. Paiva	Construção da Biblioteca Municipal	Aquisição de Fundos Documentais	669,57 €	6 252,59 €
V.C. Coelheira	Apoio à Escola de Musica de V.C. Coelheira	Apoio à Escola de Musica de V.C. Coelheira	6 000,00 €	15 500,00 €
	Apoio à construção do Centro Cultural de VCC	Apoio à construção do Centro Cultural de VCC	6 600,00 €	17 600,00 €

2.3.12 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Desporto, Recreio e Lazer em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Apoio ao Sport Club Paivense	Apoio ao Sport Club Paivense	45.375,00 €	468.275,00 €
	Apoio a Associações Culturais, Desportivas e Recreativas	Apoio a Associações Culturais, Desportivas e Recreativas	39.500,00 €	270.754,52 €

2.3.13 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito de Outras Actividades Cívicas e Religiosas em 2019 (em Valores):

Freguesias	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Apoio às Comissões Fabriqueiras das Paróquias e outras organizações s/ fins lucrativas e IPSS para despesas de financiamento de obras e equipamentos, a atribuir por deliberação camarária.	5.580,00 €	98.350,00 €

2.3.14 - Mapa Resumo e trabalhos realizados no âmbito da Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Grupo de Intervenção Permanente (GIP) da Associação Humanitária de VNP	Grupo de Intervenção Permanente (GIP) da Associação Humanitária de VNP	22 921,13 €	283 058,43 €
	Apoio AHBV de V.N. Paiva para despesas de funcionamento no âmbito da prevenção e das comunicações	Apoio AHBV de V.N. Paiva para despesas de funcionamento no âmbito da prevenção e das comunicações	13 000,00 €	18 750,00 €

2.3.15 - Mapa Resumo e trabalhos realizados no âmbito da Indústria e Energia em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Município	Fundo de Eficiência Energética	Fundo de Eficiência Energética	12 695,64 €	33 128,35 €
V.N. Paiva	Construção de Infraestruturas na Zona Industrial de VN Paiva	Aquisição de Terrenos	6 450,00 €	---

2.3.16 - Mapa Resumo e trabalhos realizados em Transportes Rodoviários em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
V. N. Paiva	Terraplanagens dos novos Arruamentos O, P, P1, X, Y, Z e W em Vila Nova de Paiva	Execução da Obra	15.393,00 €	14.893,00 €
Touro	Requalificação da Av. do Seixal e Ponte da lameira - Touro	Aquisição de Terrenos	900,00 €	---
		Execução da Obra	41 021,68 €	---
	Abertura e Pavimentação de arruamentos na Envolvente da Capela Santa Bárbara - Touro	Execução da Obra	36 108,90 €	10 122,28 €
V. C. Coelheira	Passeios e Arranjos da Av. do Brasil - Vila Cova à Coelheira	Execução da Obra	20 141,38 €	---
	Beneficiação da Rua D. Afonso Henriques	Execução da Obra	13 192,55 €	235 261,94 €
Queiriga	Beneficiação do Arruamento de Ligação da Rotunda da Av. Principal à Rua da Silveira, na Queiriga	Execução da Obra	32 542,15 €	---

2.3.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito de Mercados e Feiras em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
V.C.Coelheira	Requalificação do Mercado Local em Vila Cova á Coelheira	Aquisição de Edifícios	36.000,00 €	---
V.N: Paiva	Instalação da Feira Quinzenal de Barrelas	Execução de obras de adaptação do espaço	6.396,00 €	---

2.3.17 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Turismo em 2019 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Touro	Rota dos Monumentos e Parque Natural do Rio Mau	Aquisição de Terrenos	3.500,00 €	---

2.3.18 - Mapa Resumo das Operações da Dívida Autárquica (Locação Financeira), no ano 2019 (em valores):

Descrição	Ano 2019	Anos Anteriores
Amortizações efetivas de Empréstimos Bancários de MLP contraídos pela Câmara Municipal	558.125,83 €	5.212.731,82 €
Empréstimos Bancários de MLP contraídos pela Câmara Municipal - Juros	17.771,11 €	925.494,06 €
Subscrição Municipal de unidades de participação (FAM)	23.567,00 €	176.752,50 €

2.3.19 - Mapa Resumo das Transferências entre Municípios, no ano 2019 (em valores):

Descrição		Ano 2019	Anos Anteriores
Associação Nacional de Municípios Portugueses - Quotas		4.359,24 €	58.178,02 €
Associação dos Municípios da região do Planalto Beirão - Quotas		5.742,00 €	58.773,00 €
Comunidades Intermunicipal da Região Dão Lafões - Quotas		6.821,71 €	34.934,92 €
Comparticipação Municipal no âmbito de Protocolos de Cooperação celebrados com a CIMVDL decorrentes da execução de Fundos Comunitários e Cooperação Técnica	Comparticipação Municipal Corrente	12.705,49 €	19.515,46 €
	Comparticipação Municipal Capital	1.214,88 €	11.038,30 €
Delegação Legal de competências municipais nas Freguesias – Celebração de Acordos de execução	Freguesia Pendilhe	8.939,00 €	23.622,00 €
	Freguesia Queiriga	11.128,00 €	29.756,00 €
	Freguesia Touro	14.126,00 €	38.160,00 €
	Freguesia VC Coelheira	11.772,00 €	33.142,00 €
	União Freguesias VNP, Alhais e Fráguas	20.855,00 €	59.872,00 €

2.3.20 - Mapa Resumo das Transferências Diversa Não Especificadas, no ano 2018 (em valores):

Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Protocolo de Cooperação com os "Amigos do Pêlo" e União de Freguesias de VN Paiva, Alhais e Fráguas	7 200,00 €	36 200,00 €

2.4 - Atribuição de alvarás de construção e outros no âmbito das obras particulares

DESCRIÇÃO	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Reconstruções, alterações e ampliações	25	37	34	35	62	59	38	41	37	39	37	32
Construções Novas	30	28	29	20	66	52	35	36	34	34	28	26
Muros	8	2	1	19	12	14	35	38	39	36	38	35
Barracões	8	6	8	12	49	38	29	28	22	21	19	16
Construções Industriais	2	0	0	3	1	0	0	0	0	1	2	2
Loteamentos	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1
Pedidos de Informação Prévia	18	12	35	33	26	19	12	13	23	13	16	15
Propriedades Horizontais	4	3	1	1	2	1	1	0	0	3	2	1
Licenças de Utilização	95	23	60	43	65	67	66	48	46	52	42	32
Destaques de Parcelas de Terrenos	6	4	4	9	1	1	4	3	3	3	4	4
Certidões sobre Prédios Urbanos não sujeitos a Licença de Utilização	50	32	36	35	25	29	30	43	42	41	44	42
Certidões de Compropriedade	8	14	20	9	21	18	12	16	18	14	16	12
Comunicações Prévias	---	12	16	18	4	3	4	2	4	4	5	6

2.5 - Transferências de Capital e Correntes

2.5.1 – Transferências globais do Município para as Juntas de Freguesias.

	CORRENTES	CAPITAL
Junta Freguesia Pendilhe	---	8.939,00 €
Junta Freguesia Touro	---	14.126,00 €
Junta Freguesia Queiriga	---	11.128,00 €
Junta Freguesia Vila Cova à Coelheira	---	11.772,00 €
União de Freguesias de VNP, Alhais e Fráguas	---	20.855,00 €

Nota: Inclui Transferências Capítulo 04 (Transferências Correntes) e Capítulo 08 (Transferências de Capital)

2.5.2 – Transferências do Município para outras entidades em termos totais

CORRENTE	CAPITAL
422.961,76 €	119.837,71 €

2.5.3 - Principais Transferências Correntes do Município, para:

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de VNP	45.171,13 €
Casa do Povo de Vila Nova de Paiva	21.300,00 €
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	18.730,81 €
ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva	8.987,37 €
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	150.393,20 €
Associação de Solidariedade Social do Alto Paiva	34.748,39 €
Sport Clube Paivense - Assoc. Cultural, Recreativa e Desportiva	51.000,00 €

2.5.4 - Principais Transferências de Capital do Município, para:

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	22.529,81 €
Banda Musical Progressiva de Vila Cova à Coelheira	6.600,00 €
Agrupamento Escolas de Vila Nova de Paiva	17.500,00 €

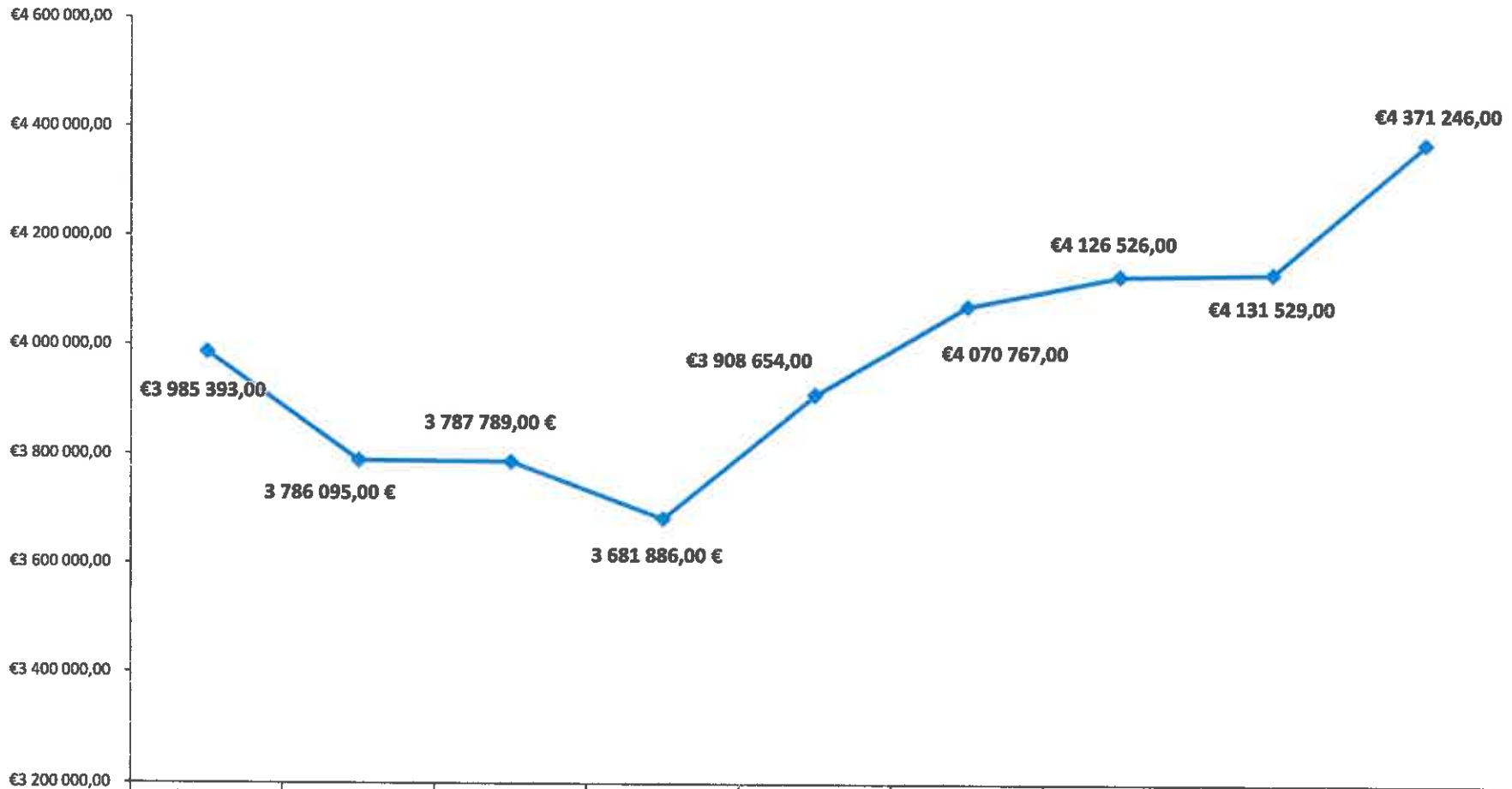
2.6 - Empreitadas e Fornecimentos

Adjudicação	Empreitada	Valor	Forma de Adjudicação	Adjudicatário
18-01-2019	Requalificação da Rua Frei Bernardo das Chagas - Vila Cova à Coelheira	35.300,45 €	Concurso Público	Remateprodígio – Granitos, Unipessoal, L.da
08-02-2019	Substituição da Cobertura no Edifício da Rádio Escuro de Vila Nova de Paiva	8.450,00 €	Ajuste Direto Simplificado	Jorge Morais e Ana Fradique, L.da
01-04-2019	Passeios e Arranjos da Av. do Brasil - Vila Cova À Coelheira	19.001,30 €	Ajuste Direto	Rei do Adro, Unipessoal, L.da
18-04-2019	Execução das Redes de Esgotos e Abastecimento de Água de Outeiro da Levada	2.700,00 €	Ajuste Direto Simplificado	Artur Abrantes, L.da
16-05-2019	Abertura e Pavimentação de Arruamentos na Zona Envolvente da Capela de Santa Bárbara - Touro	70.130,00 €	Consulta Prévia	Artur Abrantes, L.da
27-05-2019	Beneficiação do Arruamento de Ligação da Rotunda da Av. Principal à Rua da Silveira, na Queiriga	37.677,12 €	Consulta Prévia	Artur Abrantes, L.da
18-06-2019	Reabilitação Urbana da Rua Padre José Sá Marques e Avenida Aquilino Ribeiro	416.800,00 €	Concurso Público	António Saraiva & Filhos, L.da
18-06-2019	Reabilitação Urbana do Campo da Restauração e Áreas Adjacentes	816.800,00 €	Concurso Público	António Saraiva & Filhos, L.da
05-12-2019	Trabalhos de Acabamentos do Edifício Centro Cívico - Adaptação para Posto da GNR	7.260,29 €	Ajuste Direto Simplificado	Agostinho David Gomes Henriques, Unipessoal, L.da
13-12-2019	Trabalhos de Manutenção no Edifício Casa dos Cantoneiros	12.500,00 €	Ajuste Direto	Constroilopes – Sociedade de Construções, L.da

2.7 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Nova de Paiva

	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 166 224,00 €	2 886 930,00 €	2 886 930,00 €	3 147 752,00 €	3 296 381,00 €	3 442 924,00 €	3 498 593,00 €	3 495 067,00 €	3 445 227,00 €
Fundo Social Municipal	116 517,00 €	116 534,00 €	116 534,00 €	116 534,00 €	159 208,00 €	159 208,00 €	159 593,00 €	159 208,00 €	159 208,00 €
Participação Fixa no IRS	60 898,00 €	60 898,00 €	60 898,00 €	67 850,00 €	86 800,00 €	86 088,00 €	85 793,00 €	88 913,00 €	92 647,00 €
Excedente (N.º3, art.º 35.º, Lei n.º 73/2013)								291 361,00 €	91 361,00 €
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL									
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 444 150,00 €	721 733,00 €	721 733,00 €	349 750,00 €	366 265,00 €	382 547,00 €	382 547,00 €	388 341,00 €	382 803,00 €
Cooperação Técnica e Financeira	----	---	----	----	---	---	----	---	---
Outras	----	---	---	----	---	----	---	---	---
Total	3 985 393,00 €	3 787 789,00 €	3 786 095,00 €	3 681 886,00 €	3 908 654,00 €	4 070 767,00 €	4 126 526.00 €	4 131 529,00 €	4 371 246,00 €

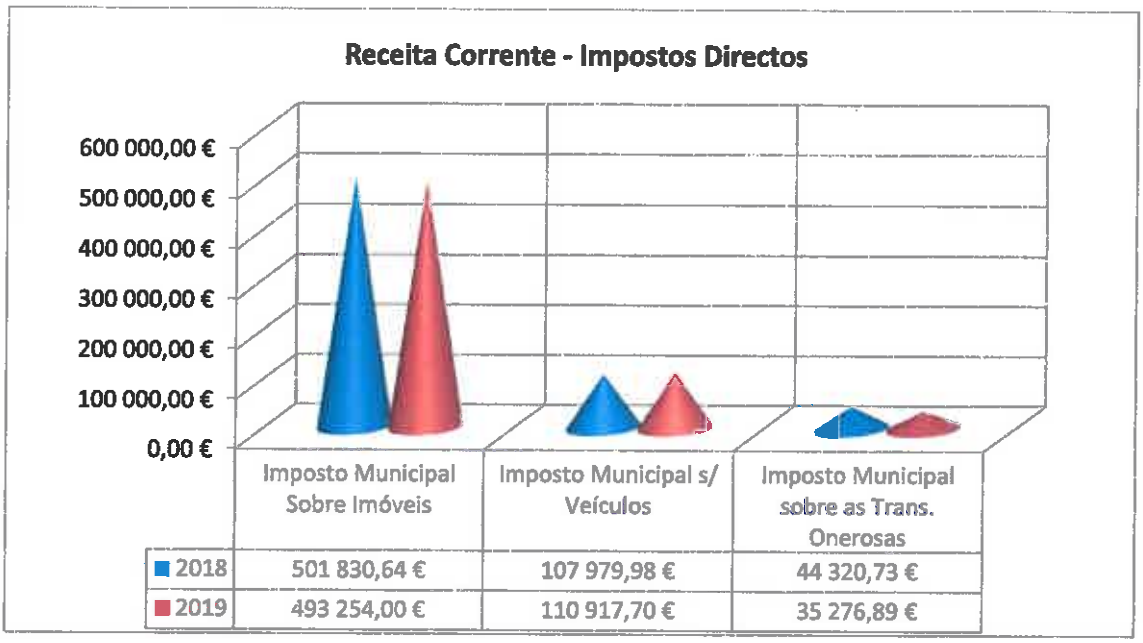
Evolução das Transferências do Orçamento de Estado para o Município



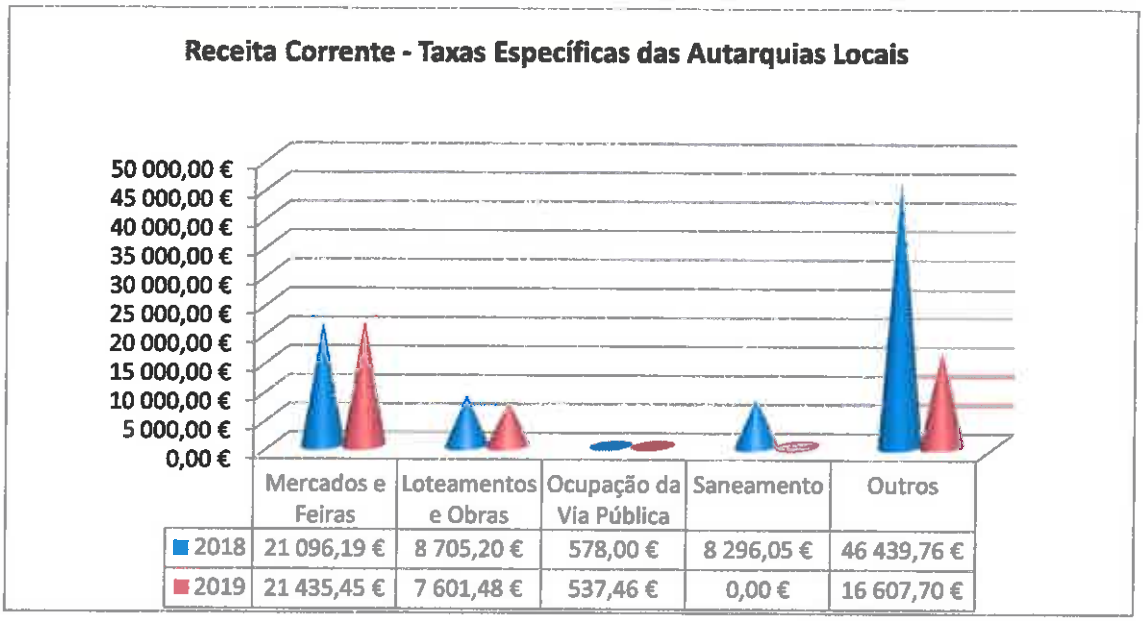
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Valores	€3 985 393,00	3 787 789,00 €	3 786 095,00 €	3 681 886,00 €	€3 908 654,00	€4 070 767,00	€4 126 526,00	€4 131 529,00	€4 371 246,00

3 – Análise da Situação Financeira

3.1 – Análise Gráfica das Receitas Correntes



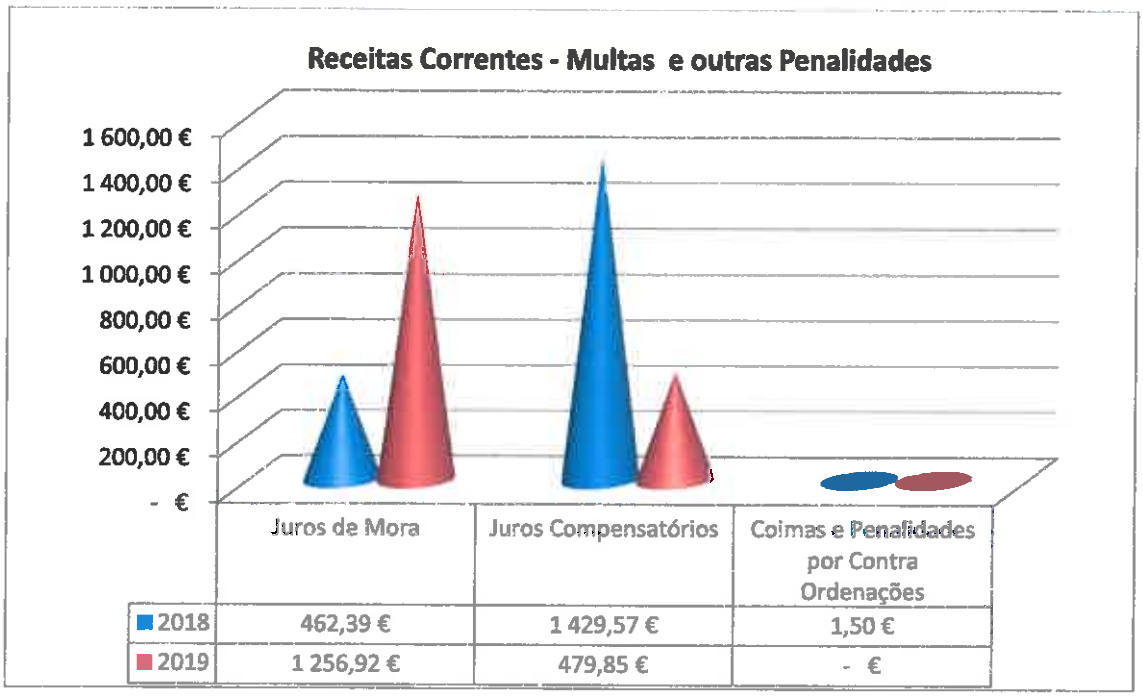
	Imposto Municipal Sobre Imóveis	Imposto Municipal s/ Veículos	Imposto Municipal sobre as Trans. Onerosas
2018	501 830,64 €	107 979,98 €	44 320,73 €
2019	493 254,00 €	110 917,70 €	35 276,89 €



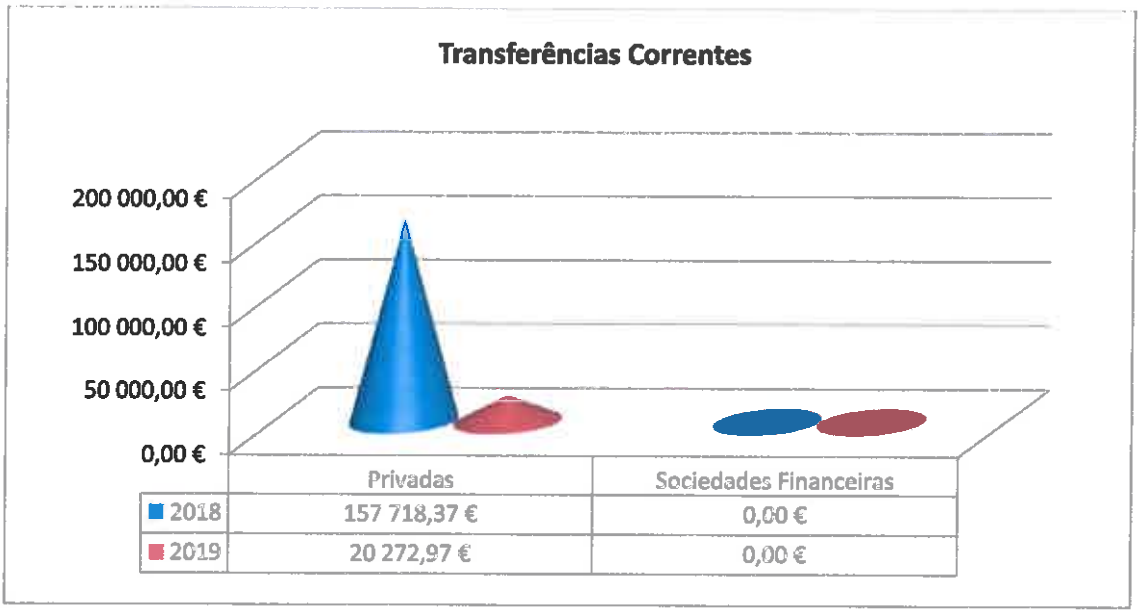
	Mercados e Feiras	Loteamentos e Obras	Ocupação da Via Pública	Saneamento	Outros
2018	21 096,19 €	8 705,20 €	578,00 €	8 296,05 €	46 439,76 €
2019	21 435,45 €	7 601,48 €	537,46 €	0,00 €	16 607,70 €

Nota: Houve uma alteração na afectação de rúbricas em relação ao ano anterior. As taxas dos resíduos sólidos deixaram de ser contabilizadas na conta 04 Receita Corrente - Taxas

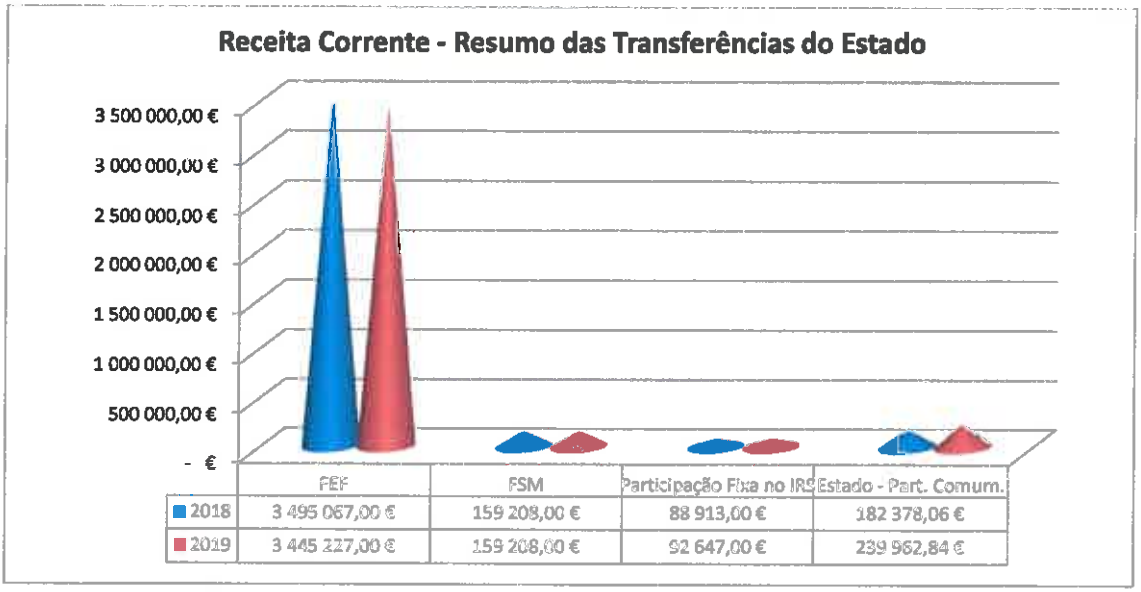
Específicas Autarquias "Outros" e passaram a ser afectadas na conta 05 Receita Corrente - Rendimentos de Propriedade.

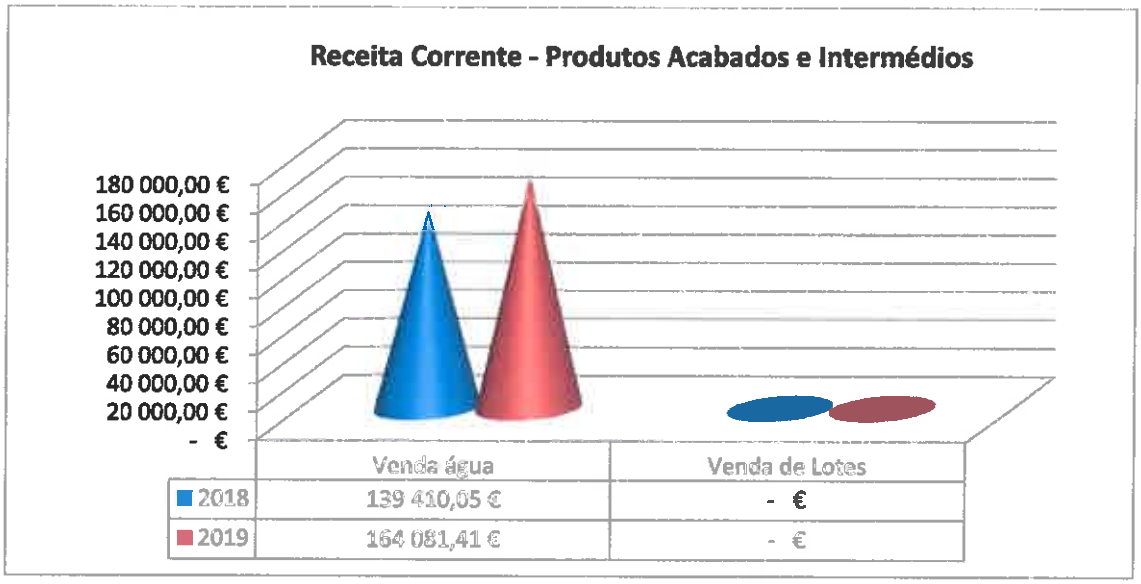


	Juros de Mora	Juros Compensatórios	Coimas e Penalidades por Contra Ordenações
2018	462,39 €	1 429,57 €	1,50 €
2019	1 256,92 €	479,85 €	- €

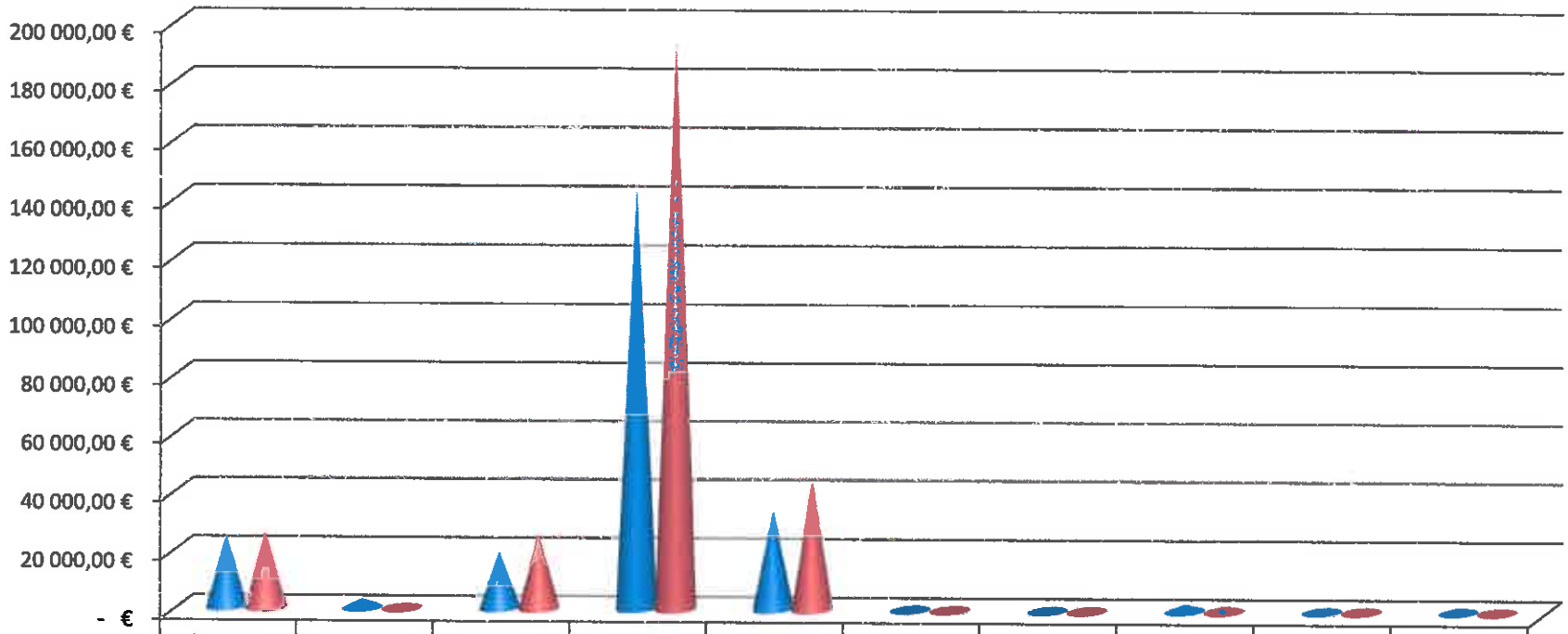


	Privadas	Sociedades Financeiras
2018	157 718,37 €	0,00 €
2019	20 272,97 €	0,00 €

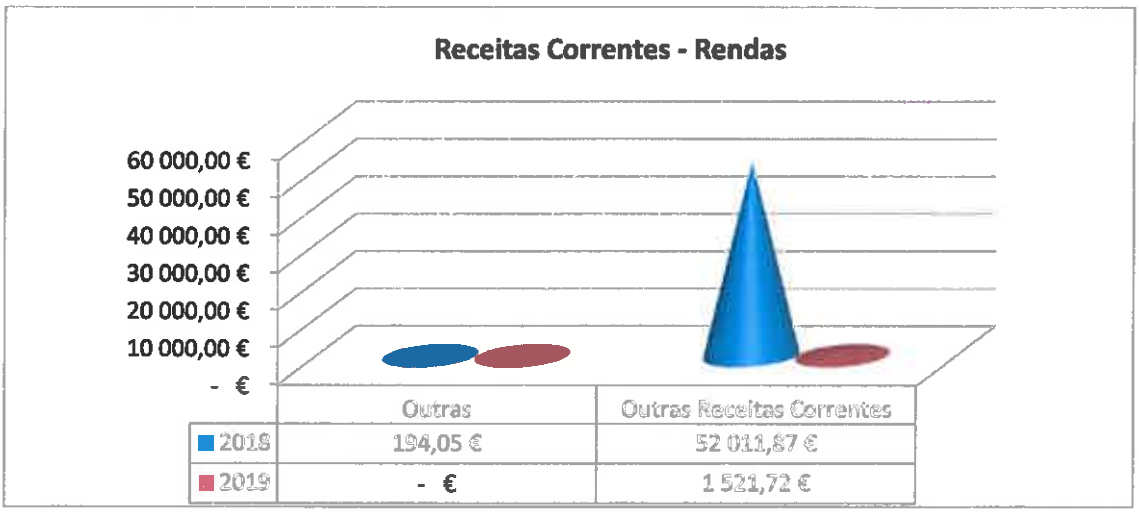

Receita Corrente - Resumo das Transferências do Estado
3 500 000,00 €
3 000 000,00 €
2 500 000,00 €
2 000 000,00 €
1 500 000,00 €
1 000 000,00 €
500 000,00 €
- €
FEF
FSM
Participação Fixa no IRS
Estado - Part. Comum.
2018
3 495 067,00 €
159 208,00 €
88 913,60 €
182 378,06 €
2019
3 445 227,00 €
159 208,00 €
92 647,00 €
239 962,84 €


Receita Corrente - Produtos Acabados e Intermédios
180 000,00 €
160 000,00 €
140 000,00 €
120 000,00 €
100 000,00 €
80 000,00 €
60 000,00 €
40 000,00 €
20 000,00 €
- €
Venda água
Venda de Lotes
2018
139 410,65 €
- €
2019
164 081,41 €
- €

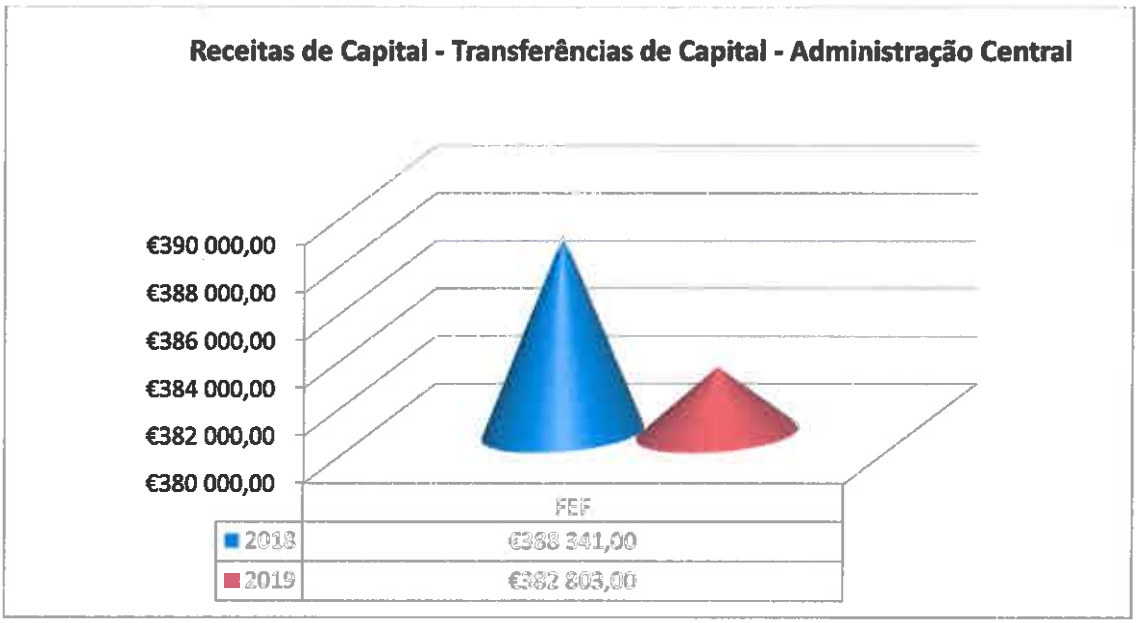
Receitas Correntes - Serviços

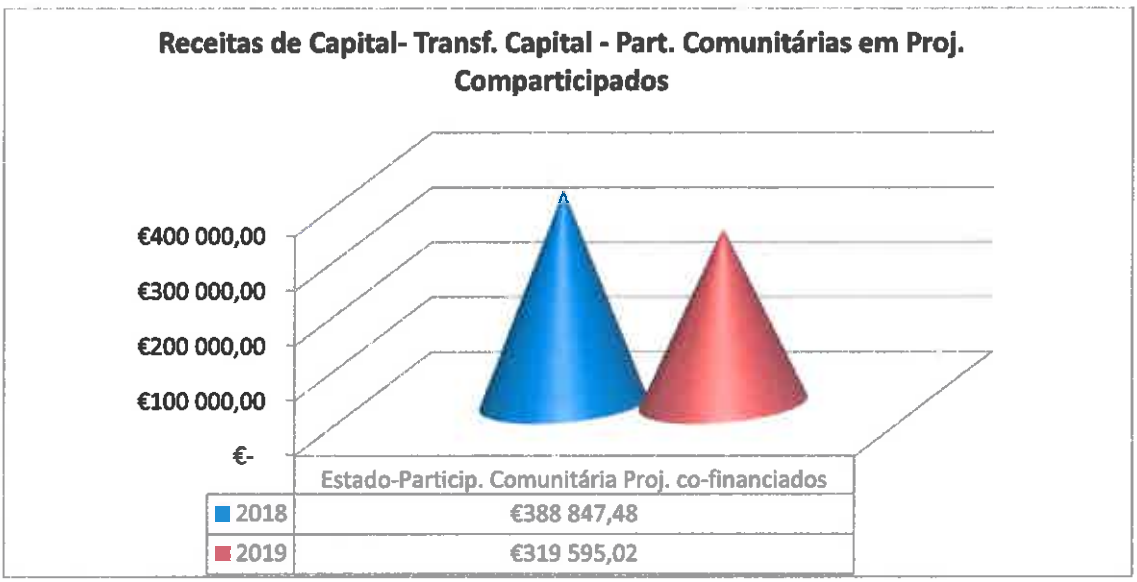


	Serviços Sociais	Serviços Culturais	Serviços Desportivos	Serv. Esp. Autarquias	Saneamento	Transportes C. Escolares	Cemitérios	Ramais dom. Água	Transportes Escolares	Outros
2018	23 974,02 €	3 081,00 €	18 768,05 €	146 640,18	33 519,95 €	- €	187,50 €	2 563,31 €	- €	1 927,82 €
2019	25 392,23 €	1 386,00 €	25 111,20 €	196 113,63	43 729,83 €	- €	175,00 €	2 004,90 €	1 512,90 €	38,45 €



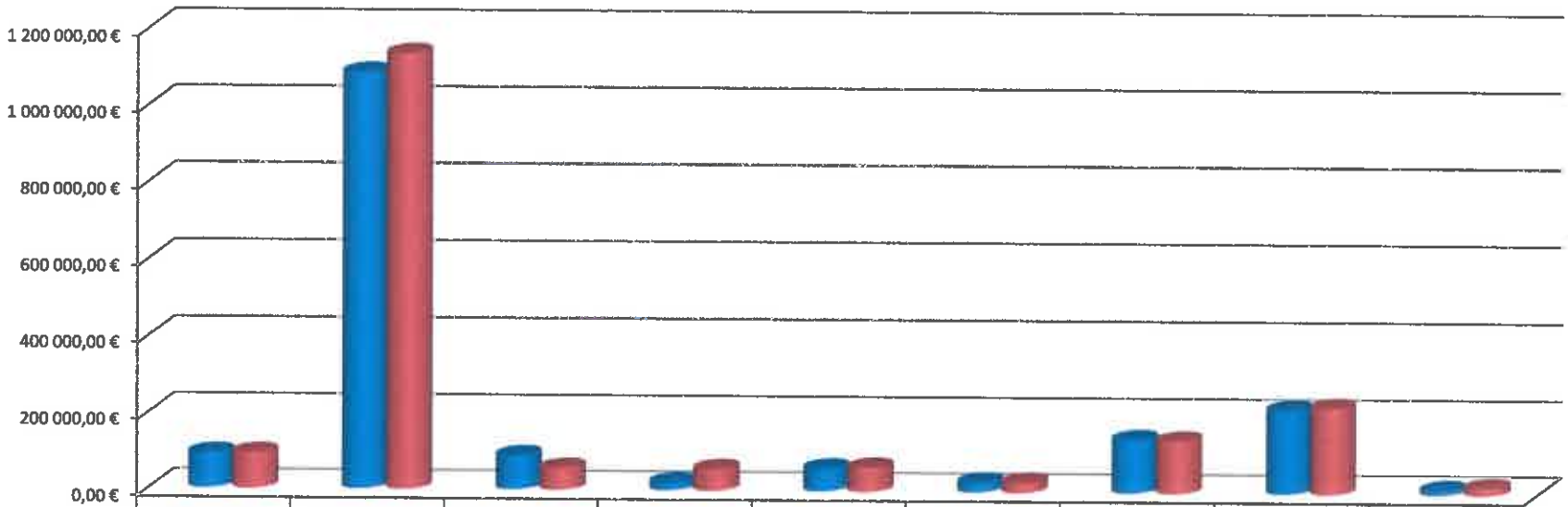
3.2 – Análise Gráfica das Receitas de Capital



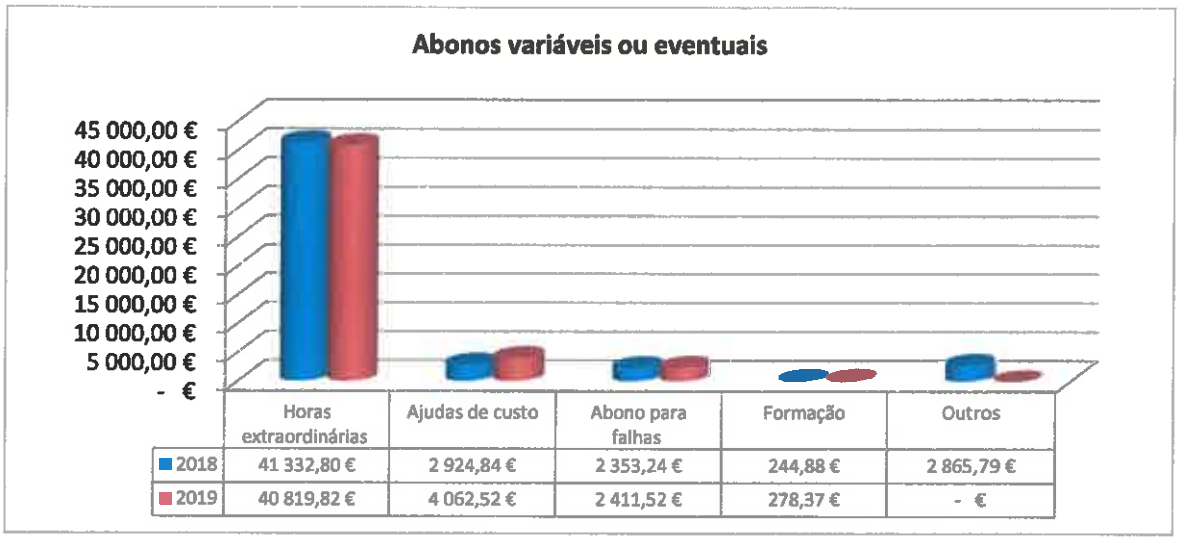


3.3 - Análise Gráfica das Despesas Correntes:

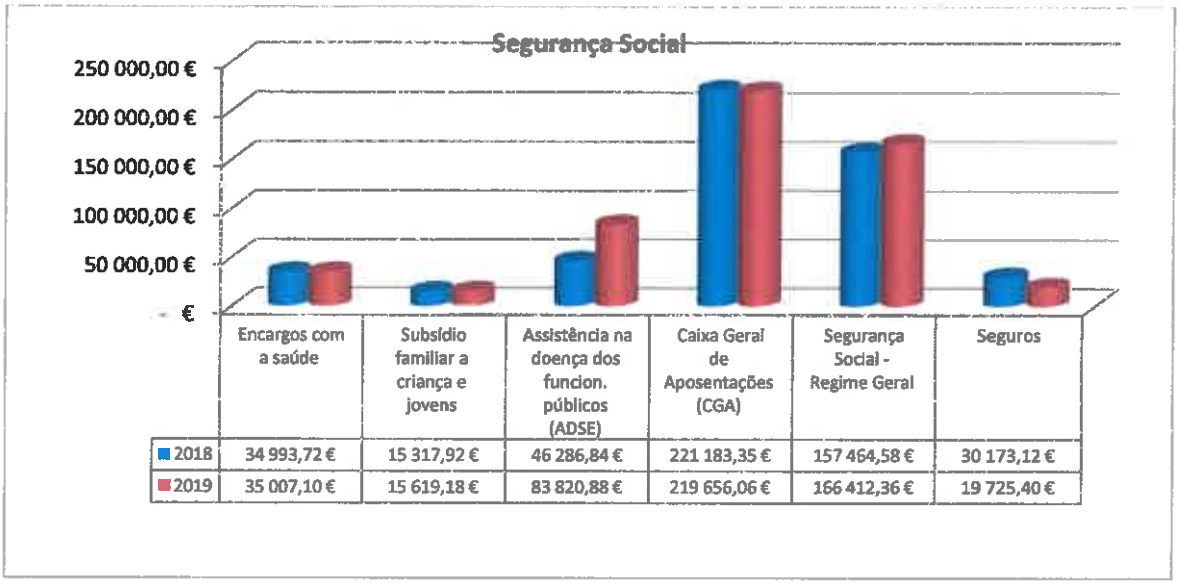
Despesas c/ Pessoal



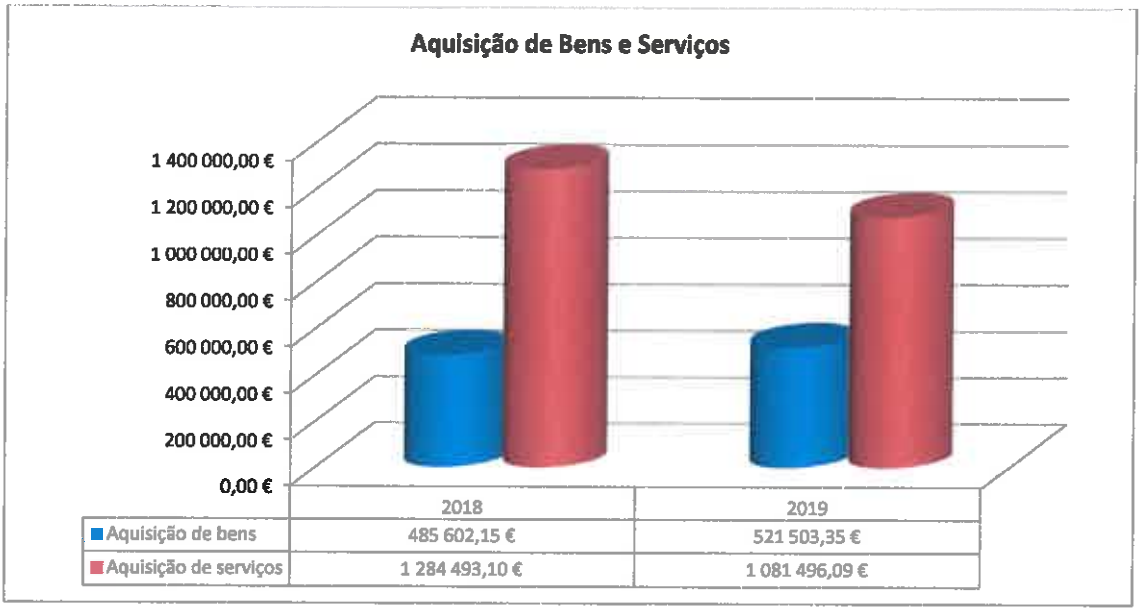
	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	Pessoal contratado a termo	Pessoal em regime de tarefa ou avença	Pessoal em qualquer outra situação	Representação	Subsidio de refeição	Subsídio de férias e de Natal	Remunerações por doença e maternidade/paternidade
2018	92 117,51 €	1 086 170,49 €	89 318,89 €	19 842,00 €	60 340,87 €	25 661,87 €	140 970,00 €	221 004,24 €	12 499,21 €
2019	93 494,11 €	1 136 483,54 €	57 646,07 €	57 656,49 €	64 161,26 €	26 704,86 €	138 424,83 €	226 904,45 €	19 059,89 €



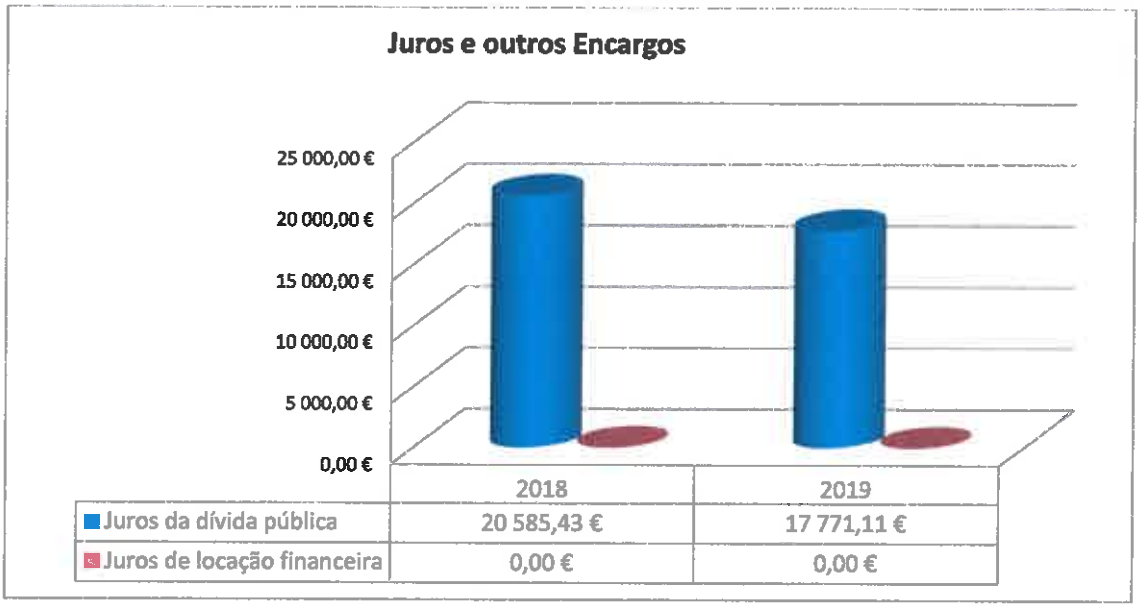
	Horas extraordinárias	Ajudas de custo	Abono para falhas	Formação	Outros
2018	41 332,80 €	2 924,84 €	2 353,24 €	244,88 €	2 865,79 €
2019	40 819,82 €	4 062,52 €	2 411,52 €	278,37 €	- €



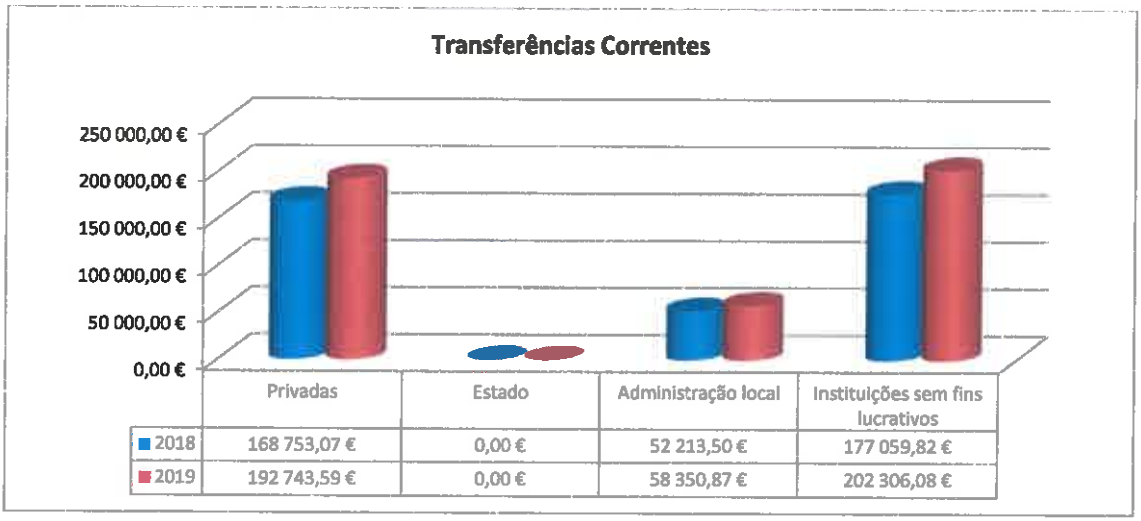
	Encargos com a saúde	Subsídio familiar a criança e jovens	Assistência na doença dos funcion. públicos (ADSE)	Caixa Geral de Aposentações (CGA)	Segurança Social - Regime Geral	Seguros
2018	34 993,72 €	15 317,92 €	46 286,84 €	221 183,35 €	157 464,58 €	30 173,12 €
2019	35 007,10 €	15 619,18 €	83 820,88 €	219 656,06 €	166 412,36 €	19 725,40 €



	2018	2019
Aquisição de bens	485 602,15 €	521 503,35 €
Aquisição de serviços	1 284 493,10 €	1 081 496,09 €

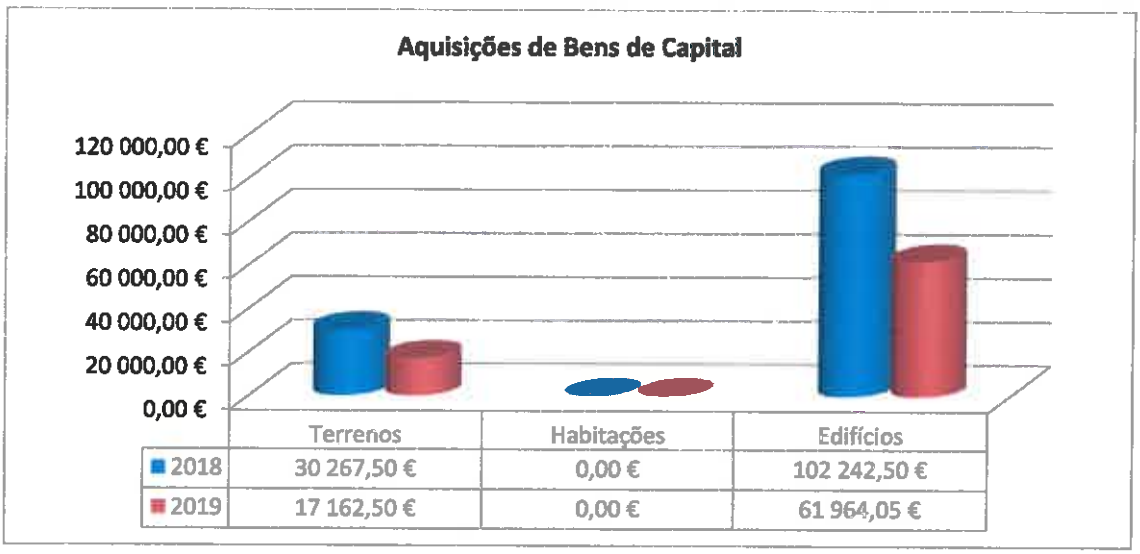


	2018	2019
Juros da dívida pública	20 585,43 €	17 771,11 €
Juros de locação financeira	0,00 €	0,00 €

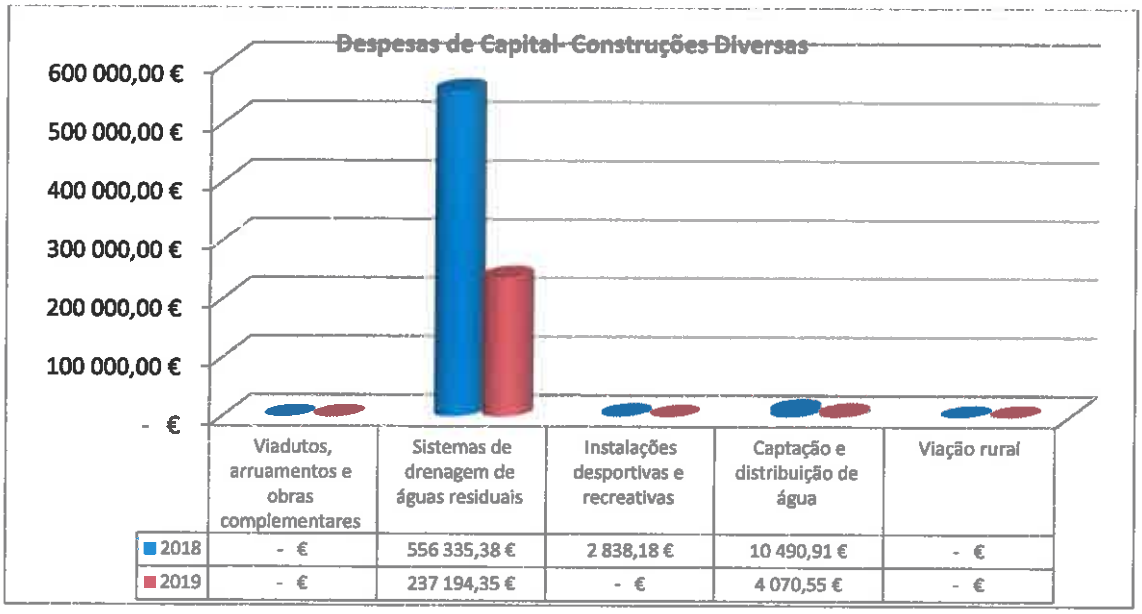


	Privadas	Estado	Administração local	Instituições sem fins lucrativos
2018	168 753,07 €	0,00 €	52 213,50 €	177 059,82 €
2019	192 743,59 €	0,00 €	58 350,87 €	202 306,08 €

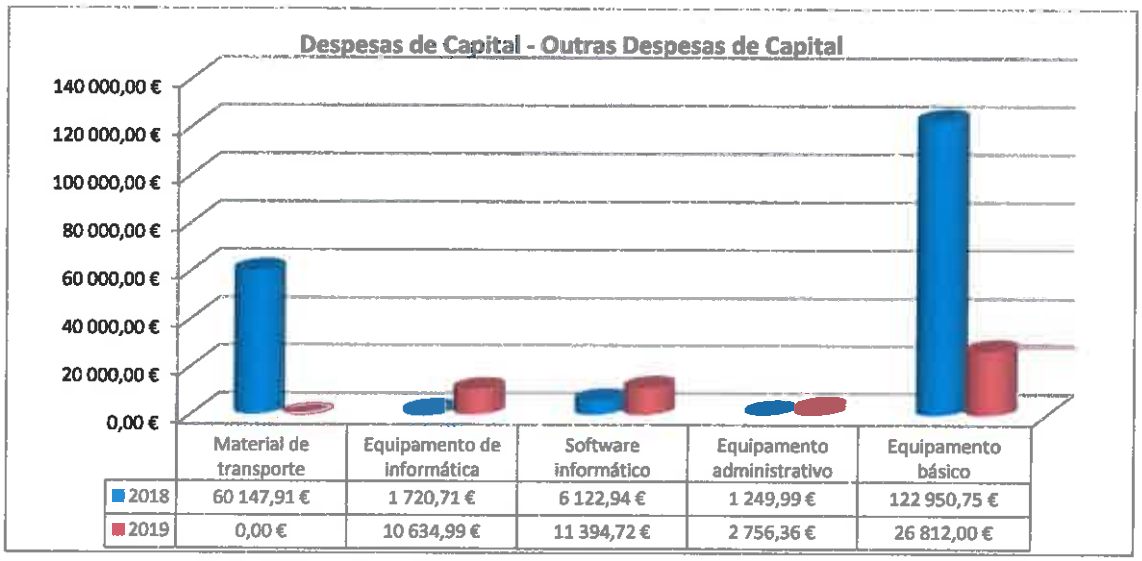
3.4 - Análise Gráfica das Despesas de Capital:



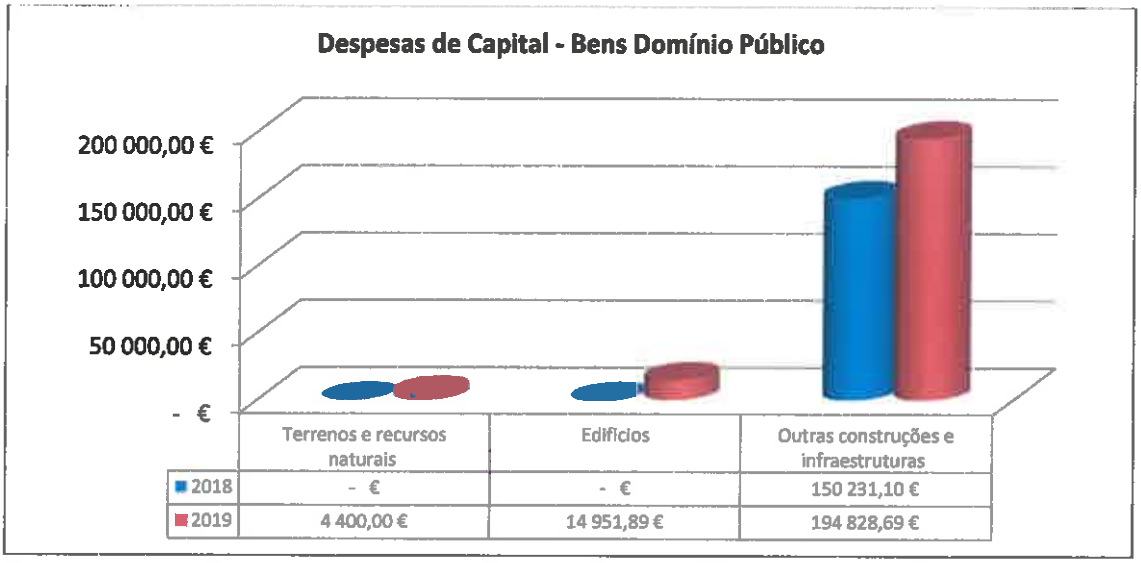
	Terrenos	Habitações	Edifícios
2018	30 267,50 €	0,00 €	102 242,50 €
2019	17 162,50 €	0,00 €	61 964,05 €



	Viadutos, arruamentos e obras complementares	Sistemas de drenagem de águas residuais	Instalações desportivas e recreativas	Captação e distribuição de água	Viação rural
2018	- €	556 335,38 €	2 838,18 €	10 490,91 €	- €
2019	- €	237 194,35 €	- €	4 070,55 €	- €

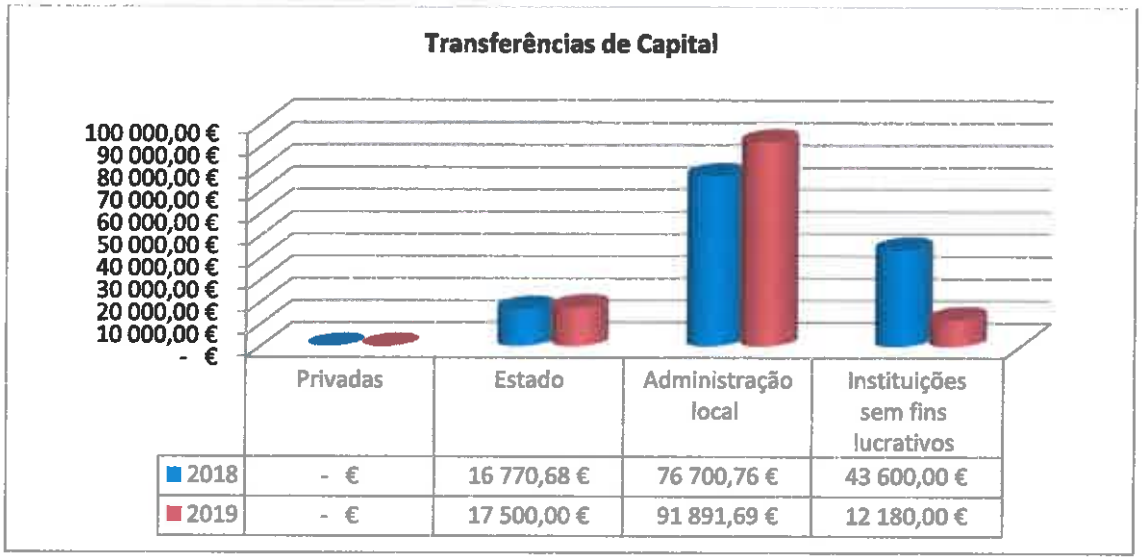


	Material de transporte	Equipamento de informática	Software informático	Equipamento administrativo	Equipamento básico
2018	60 147,91 €	1 720,71 €	6 122,94 €	1 249,99 €	122 950,75 €
2019	0,00 €	10 634,99 €	11 394,72 €	2 756,36 €	26 812,00 €

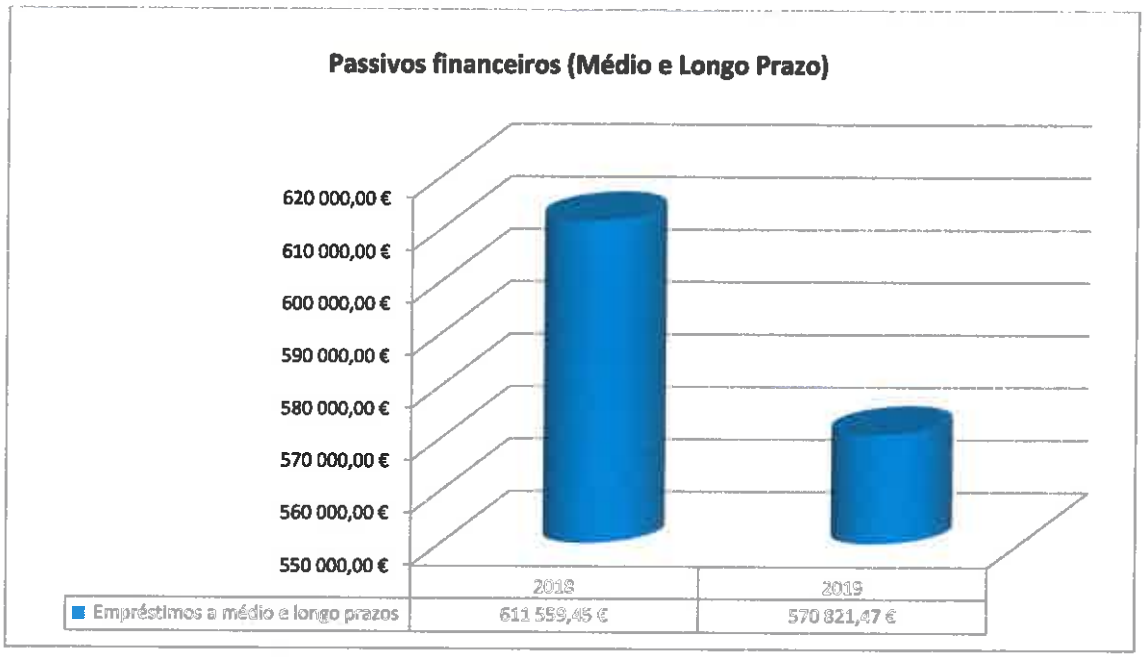


	Terrenos e recursos naturais	Edifícios	Outras construções e infraestruturas
2018	- €	- €	150 231,10 €
2019	4 400,00 €	14 951,89 €	194 828,69 €

Nota: Na conta Despesas de Capital – Bens de Domínio Público – Outras Construções Diversas



	Privadas	Estado	Administração local	Instituições sem fins lucrativos
2018	- €	16 770,68 €	76 700,76 €	43 600,00 €
2019	- €	17 500,00 €	91 891,69 €	12 180,00 €


Passivos financeiros (Médio e Longo Prazo)
620 000,00 €
610 000,00 €
600 000,00 €
590 000,00 €
580 000,00 €
570 000,00 €
560 000,00 €
550 000,00 €
2018
2019
Empréstimos a médio e longo prazos
611 589,45 €
570 821,47 €

4 - Análise da evolução da Despesa de Capital Realizadas v/s Receita Capital Realizadas, em relação ao ano 2018.

Rubricas	Ano 2018	Ano 2019	Diferença	%
Total das Despesas Capital	1 829 728,82 €	1 350 601,83 €	-479 126,99 €	-35,48%
Total das Receitas Capital	797 205,25 €	993 759,02 €	+196 553,77 €	+24,66%

As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição, de cerca de **36 p.p** das **Despesas de Capital,** foram:

Rubricas	Ano 2019 (*)	%
Estações de Tratamentos de águas residuais	-319 141,03 €	-134,55%
Equipamento básico	-96 138,75 €	-358,57%
Passivos Financeiras	-40 737,98	-7,30%

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

Quanto às **Receitas de Capital**, as rubricas que mais contribuíram para este aumento, de cerca de **24,66 p.p**, foram:

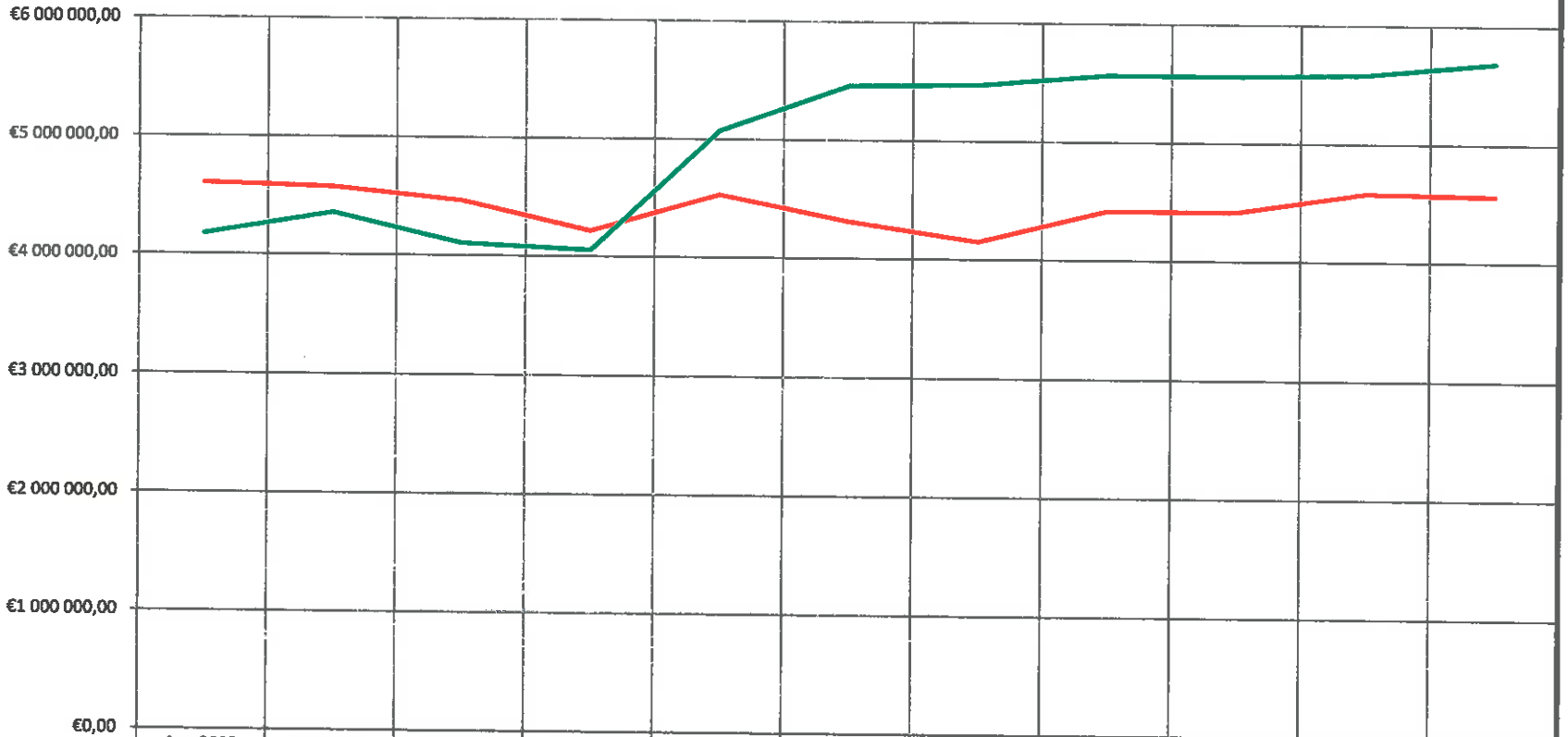
Rubricas	Ano 2019 (*)	%
Transferências Ad. Central - Estado	285.823,00 €	73,60 %

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

4.1 - Análise da evolução das Despesas Correntes Realizadas e das Receitas Correntes Cobradas, em relação ao ano 2018:

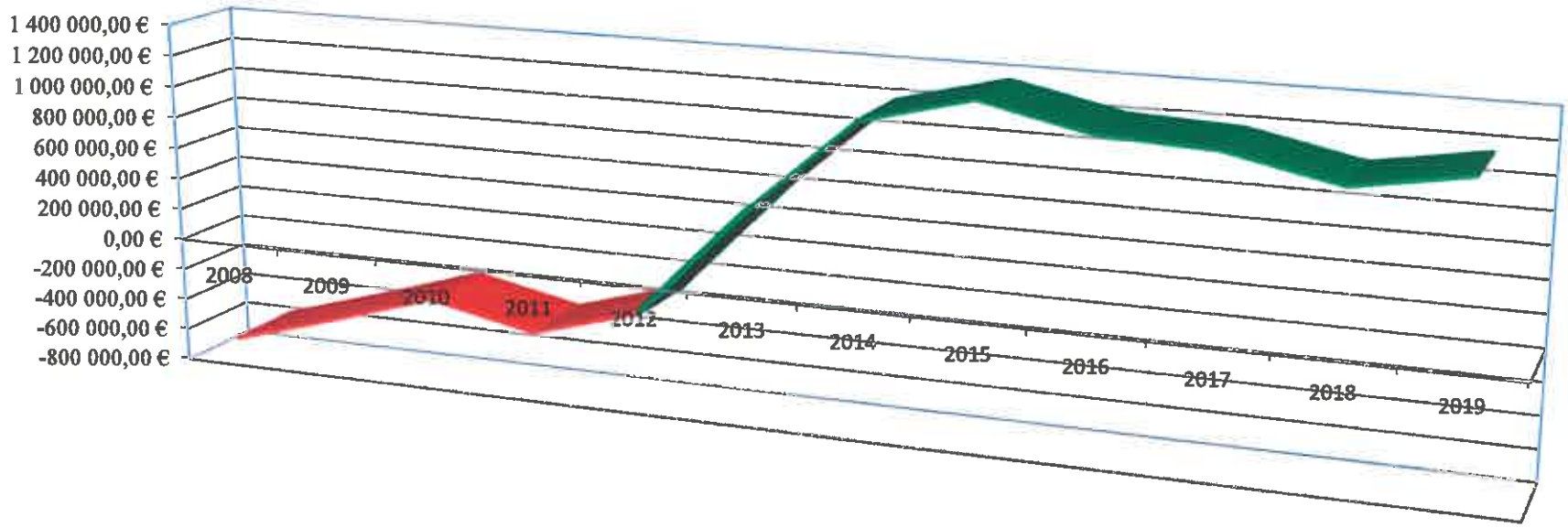
Rubricas	Ano 2019	%
Total das Despesas Correntes Liq.	-16.435,95 €	-0,36 %
Total das Receitas Correntes Liq.	101.742,22 €	1,82 %

Evolução das Despesas Correntes e das Receitas Correntes

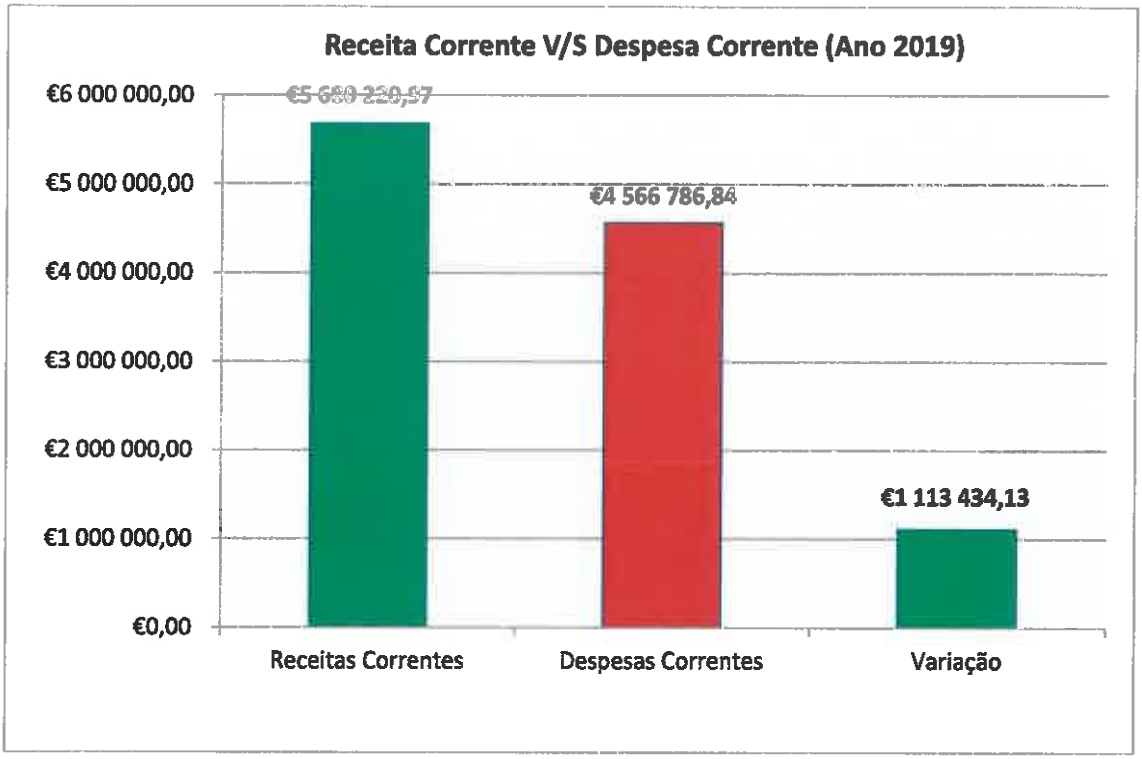


	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total das Despesas Correntes	€4 604 838,95	€4 575 770,90	€4 468 147,51	€4 219 915,13	€4 532 168,97	€4 313 896,19	€4 153 713,96	€4 418 931,59	€4 418 931,59	€4 583 222,79	€4 566 786,84
Total das Receitas Correntes	€4 175 445,64	€4 354 818,70	€4 105 986,16	€4 053 451,48	€5 066 467,32	€5 452 363,93	€5 469 221,60	€5 556 889,77	€5 556 889,77	€5 578 478,75	€5 680 220,97

Variação da Receita Corrente Versus Despesa Corrente



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valores	-627 108,40 €	-429 393,30 €	-220 952,20 €	(€362 161,35)	-166 463,65 €	534 298,35 €	€1 138 467,74	1 315 507,64 €	€1 167 762,74	€1 137 958,18	€995 255,96	1 113 434,13 €



As rubricas que contribuíram, para a descida residual de **0,36 %** . ↘ das Despesas Correntes, em relação ao ano 2018, foram:

Rubricas	Ano 2019 (*)	%
Aquisição de Serviços	-202 997,01 €	-18,77%
Juros e Outros Encargos	-3 002,78 €	-16,65%

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

As rubricas das Receitas Correntes, que contribuíram para esta subida de **1,82 %,** ↗ em relação ao ano 2018, foram:

Rubricas	Ano 2019 (*)	%
Rendimentos de Propriedade	268 364,87 €	83,22 %
Venda de Água	24 671,36 €	17,70 %

Serviços Específicos das Autarquias	49 473,45 €	33,74%
Resíduos Sólidos	40 007,00 €	36,94%

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

4.2 – Análise dos desvios entre as Receitas e as Despesas Previstas e as Realizadas

	PREVISTAS	REALIZADAS
Receitas Correntes	6 703 022,00 €	5 680 220,97 €
Despesas Correntes	4 145 177,00 €	4 566 786,84 €
Receitas de Capital	4 360 627,00 €	993 759,02 €
Despesas de Capital	6 918 532,00 €	1 350 601,83 €

Os desvios verificados entre a previsão (inicial) e a realização são traduzidos pelas seguintes percentagens de realização.

- Receitas Correntes -18,01 %
- Despesas Correntes + 9,23 %
- Receitas de Capital -338,80 %
- Despesas de Capital -412,26 %

Total das Receitas Previstas 11 063 649,00 €

Total das Receitas Realizadas 6 673 979,99 €

Saldo da Gerência Anterior 991 273,73 €

Percentagem de Realização Receita -44,34 % ↘

Evolução da Percentagem de Realização das Receitas

Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
- 24,70 %	-63,31 %	-15,58 %	-60,62 %	-37,53 %	-70,81 %	-44,34 %

Total da Despesa Prevista 11 063 709,00 €

Total da Despesa Realizada 5 917 388,67 €

Percentagem de Realização Despesa -53,48 % ↘

Evolução da Percentagem Realização das Despesas

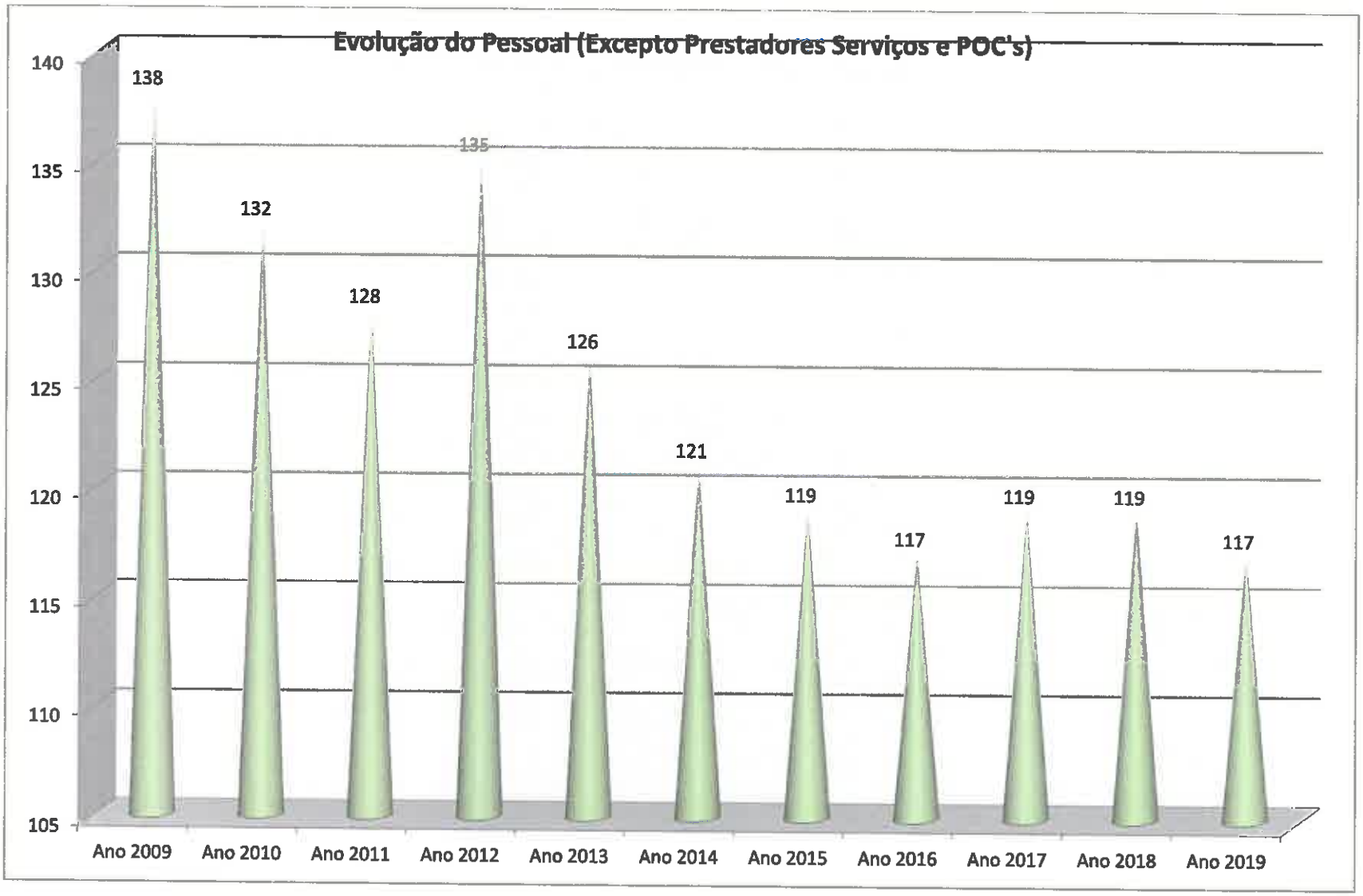
Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
- 34,87 %	- 80,36 %	-29,94 %	- 68,54 %	-56,49%	-96,78 %	-53,48 %

5 – Pessoal

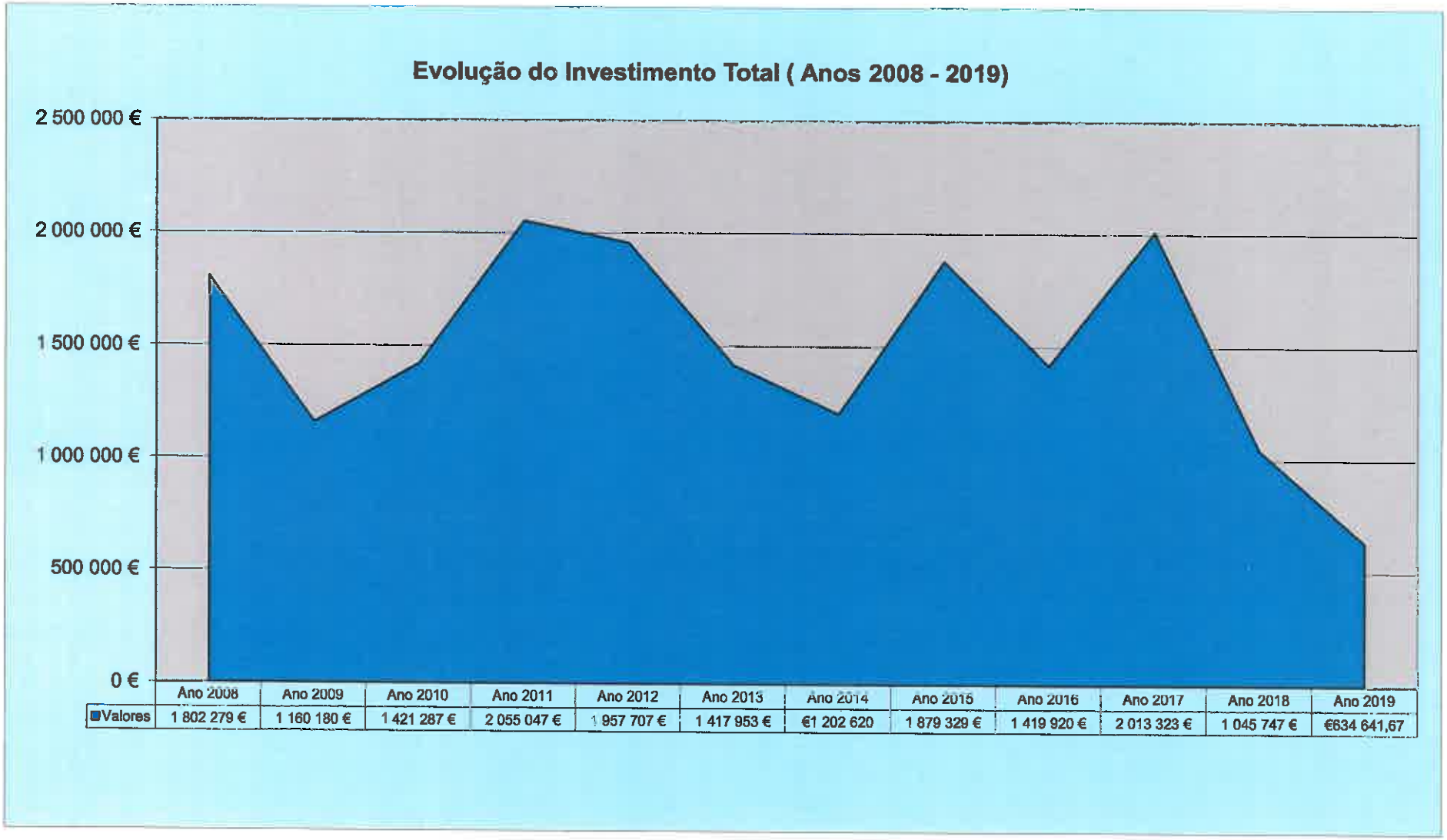
Em 31.12.2018 a situação do Pessoal a cargo do Município era a seguinte:

	Trabalhadores	Situação em 31.12.2010	Situação em 31.12.2011	Situação em 31.12.2012	Situação em 31.12.2013	Situação em 31.12.2014	Situação em 31.12.2015	Situação em 31.12.2016	Situação em 31.12.2017	Situação em 31.12.2018	Situação em 31.12.2019
(1)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, que transitaram em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva	79	76	75	73	71	68	67	63	63	62
(2)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado contratados após 01.01.2009	43	46	46	48	48	46	45	45	50	49
(3)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado = (1) + (2)	112	122	122	121	119	114	112	108	113	111
(4)	Contratados com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo	20	1	9	0	0	0	0	6	6	6
(5)	Contratados com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto	0	5	5	5	5	5	5	5	0	0
(6)	Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)	132	128	136	126	124	119	117	119	119	117

Fonte: Mapas do Pessoal aprovados.


Evolução do Pessoal (Excepto Prestadores Serviços e POC's)
140
135
130
125
120
115
110
105
138
132
128
135
126
121
119
117
119
119
117
Ano 2009
Ano 2010
Ano 2011
Ano 2012
Ano 2013
Ano 2014
Ano 2015
Ano 2016
Ano 2017
Ano 2018
Ano 2019

6 - Evolução do Investimento Total nos últimos 12 anos



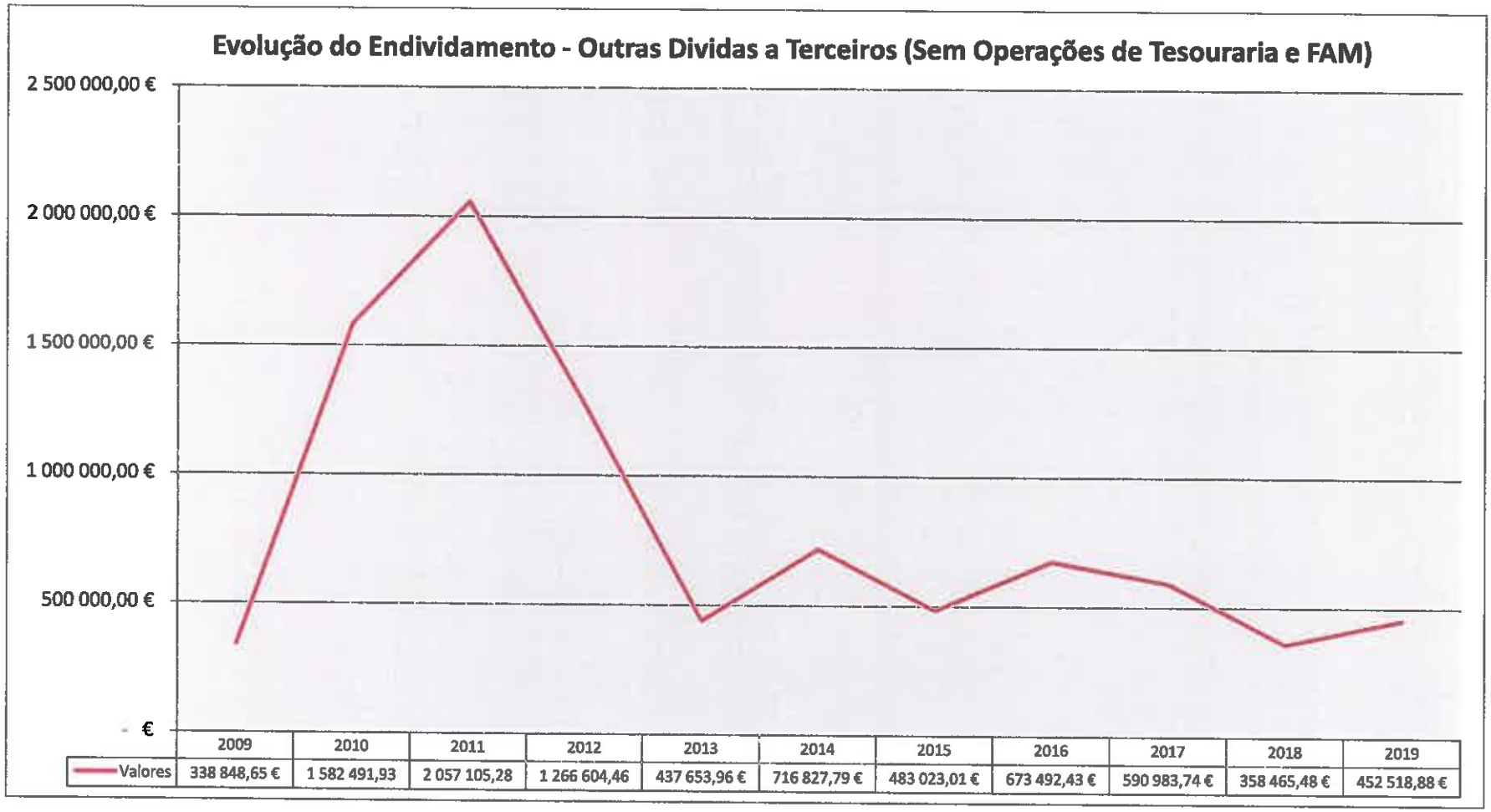
	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Valores	1 802 279 €	1 160 180 €	1 421 287 €	2 055 047 €	1 957 707 €	1 417 953 €	€1 202 620	1 879 329 €	1 419 920 €	2 013 323 €	1 045 747 €	€634 641,67

6.1 – Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros (C/ Operações de Tesouraria)

ANOS	Outras Dívidas a Terceiros (Com Operações de Tesouraria)	Outras Dívidas a Terceiros (Sem Operações de Tesouraria)
• 2007 (*)	2.873.386,75 €	377 869,82 €
• 2008 (*)	2.482.899,60 €	247 674,46 €
• 2009 (*)	2.616.574,54 €	338 848,65 €
• 2010 (*)	2.009.192,66 €	1 582 491,93 €
• 2011 (*)	2.430.106,64 €	2 057 105,28 €
• 2012 (*)	1.687.004,64 €	1 266 604,46 €
• 2013 (*)	842.426,57 €	437 653,96 €
• 2014 (*)	1.033.405,06 €	716 827,79 €
• 2015 (*)	749.621,65 €	483 023,01 €
• 2016 (*)	919.449,35 €	673 492,43 €
• 2017 (*)	921 302,89 €	590 983,74 €
• 2018 (*)	759.369,15 €	430.999,43 €
• 2019 (*)	792 144,32 €	452 518,88 €

(*) O valor apresentado corresponde ao total do Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros, constante do mapa anexo à Prestação de Contas, que inclui nomeadamente as dívidas por operações de tesouraria e, desde 2015, a contribuição municipal para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

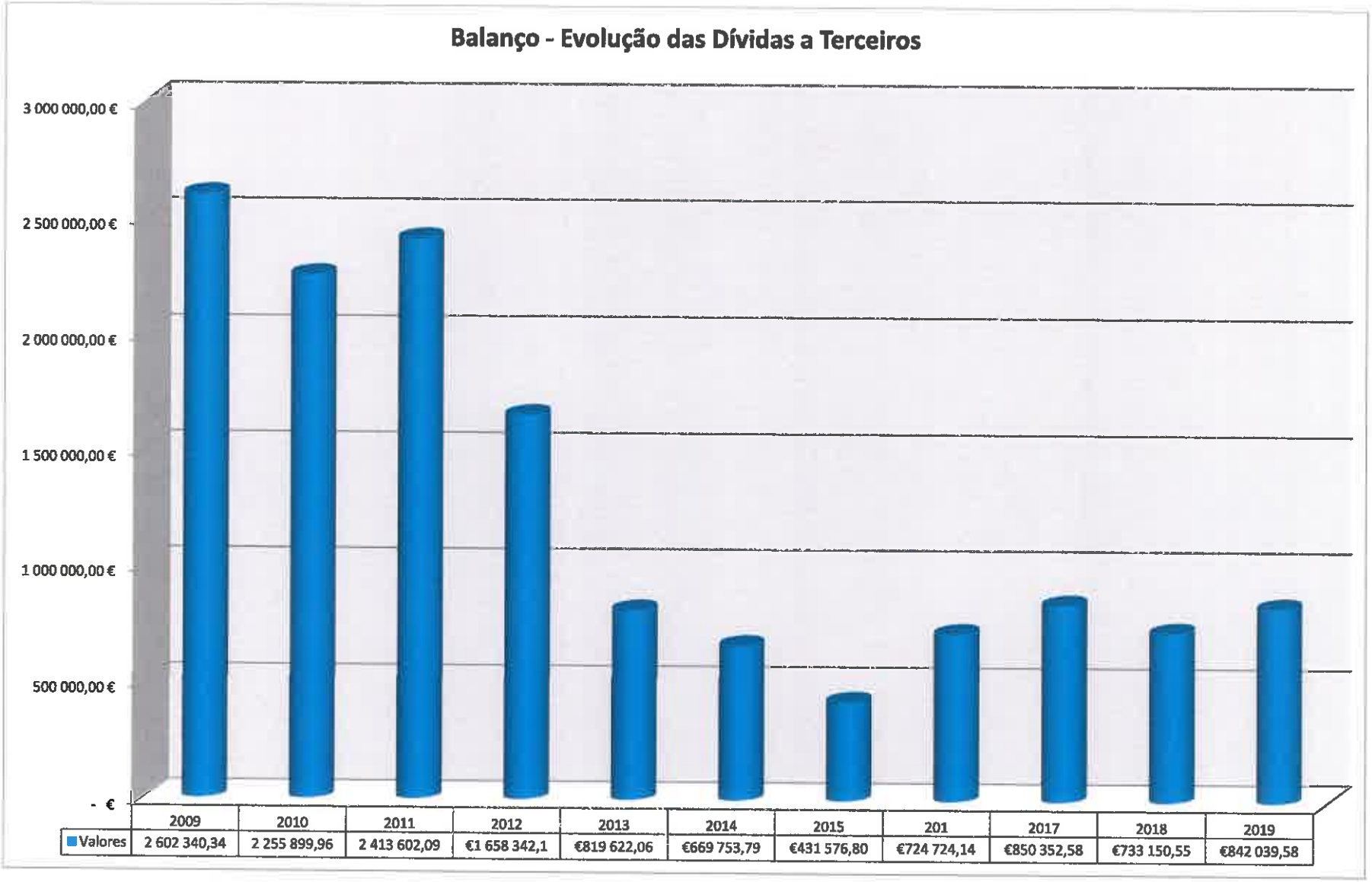
Não estão contabilizados nestes cálculos as dívidas a terceiros de curto prazo constantes do Balanço anexo à Prestação de Contas, referentes às componentes de curto prazo dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e do leasing (que não houve neste último caso).



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valores	338 848,65 €	1 582 491,93	2 057 105,28	1 266 604,46	437 653,96 €	716 827,79 €	483 023,01 €	673 492,43 €	590 983,74 €	358 465,48 €	452 518,88 €

6.1.1 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo – Balanços Anuais

Dívidas a Terceiros - Curto Prazo								
Dívidas	**Anos**							
	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Fornecedores, c/c	358.113,38 €	312.495,90 €	217.590,18 €	96.783,68 €	211 486,01 €	133 876,21 €	161 271,04 €	143 864,51 €
Fornecedores - Facturas em R. Conferência	---	---	---	---	111 887,74 €	68 498,18 €	118 509,24 €	22 175,74 €
Clientes e Utentos c/ cauções	---	---	---	---	13 656,98 €	14 292,56 €	15 022,11 €	15 470,42 €
Fornecedores de Imobilizado, c/c	504.716,38 €	63.547,36 €	65.173,85 €	61.190,55 €	57 252,71 €	191 747,71 €	70 273,70 €	151 228,72 €
Estado e Outros Entes Públicos	21.257,81 €	29.789,48 €	30.893,56 €	25.128,93 €	24 981,44 €	24 073,62 €	25 177,16 €	24 638,75 €
Outros Credores	774.254,62 €	413.789,32 €	638.893,56 €	248.473,64 €	305 459,26 €	417 864,30 €	342 897,30 €	422 982,68 €
Total	**1.658.342,19 €**	**819.622,06 €**	**952.551,15 €**	**431.576,80 €**	**724 724,14 €**	**850 352,58 €**	**733 150,55 €**	**780 360,82 €**


Balanço - Evolução das Dívidas a Terceiros
3 000 000,00 €
2 500 000,00 €
2 000 000,00 €
1 500 000,00 €
1 000 000,00 €
500 000,00 €
- €
2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 201 2017 2018 2019
Valores 2 602 340,34 2 255 899,96 2 413 602,09 €1 658 342,1 €819 622,06 €669 753,79 €431 576,80 €724 724,14 €850 352,58 €733 150,55 €842 039,58

6.2.1 - Mapa de Empréstimos de médio e longo prazos

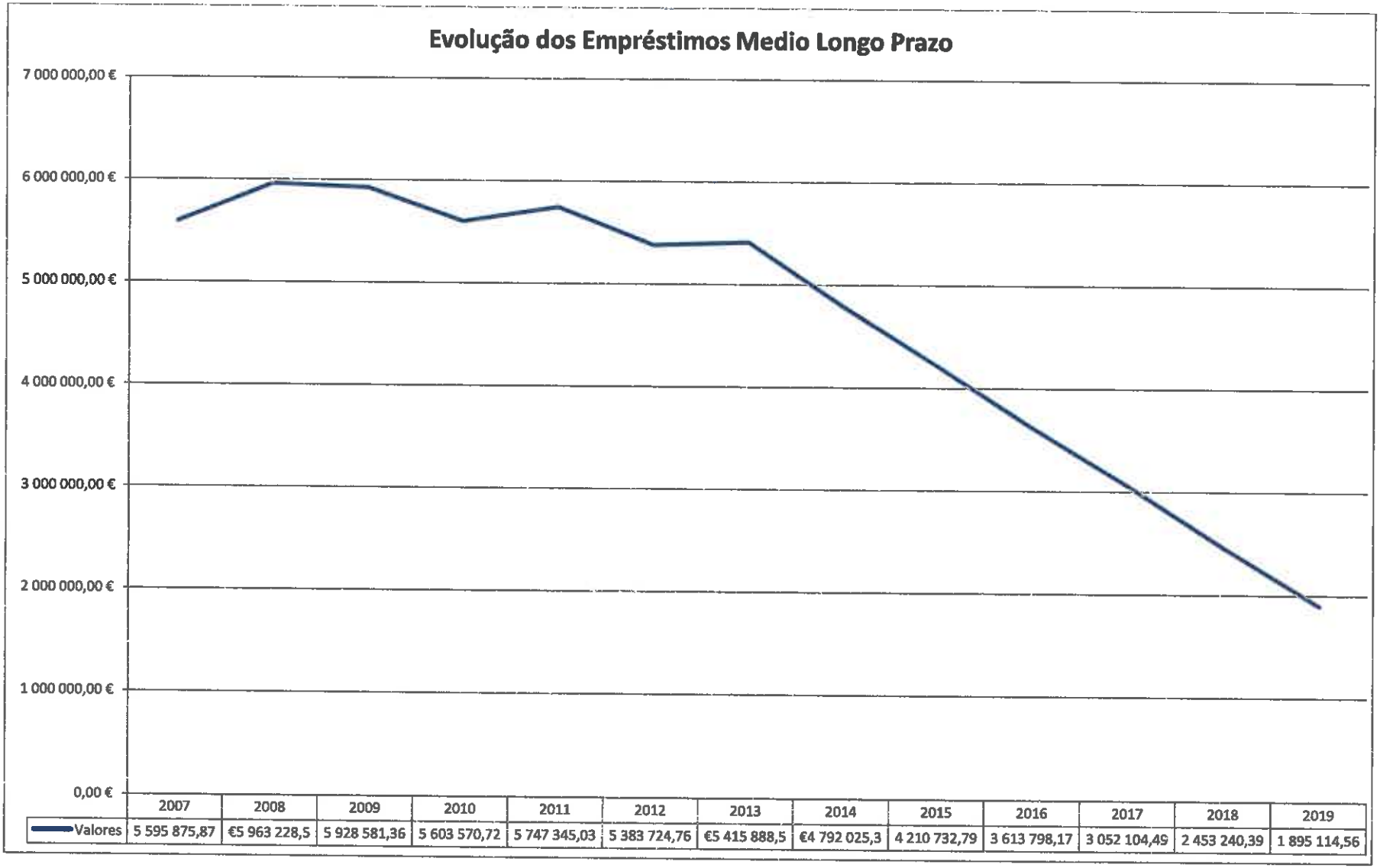
Operação		Capital Utilizado	Data início	Data fim	Capital em dívida em 31.12.2019	Vida útil remanescente (em anos)	Amortizações em 2019	OBS. (a)
						Em 31.12 2019		
CGD – PT 0035089400004045091		788.100,68 €	27.01.2000	27.01.2020	18.438,87 €	1	73.755,46 €	
CGD – PT 0035901500021851091		538.701,73 €	31.07.2001	30.08.2021	68.573,26 €	2	39.180,00 €	
CGD – PT 0035901500031318091		625.309,00 €	13.08.2002	13.08.2022	140.003,02 €	3	50.270,07 €	X
CGD – PT 0035901500032739091		394.625,62 €	20.11.2002	20.11.2022	67.947,03 €	3	22.649,01 €	X
CGD – PT 0035901500032500091		345.225,67 €	29.11.2002	28.11.2022	70.047,76 €	3	23.036,18 €	X
CGD – PT 0035901500032519091		219.290,66 €	29.11.2002	28.11.2022	44.138,89 €	3	14.552,04 €	X
CGD – PT 0035901500034317091		557.820,23 €	12.12.2002	12.12.2022	121.342,98 €	3	40.114,10 €	X
CGD – PT 0035901500032497091		535.600,00 €	30.12.2002	30.12.2022	101.203,91 €	3	33.532,23 €	X
CGD – PT 0035901500033329091		82.258,33 €	20.01.2003	20.01.2023	16.304,23 €	4	4.658,35 €	X
CGD – PT 0035901500034529091		161.464,65 €	20.02.2003	20.02.2023	31.073,74 €	4	8.878,21 €	X
CGD – PT 0035901500051369091		762.322,00 €	29.11.2006	28.11.2026	321.981,94 €	7	45.997,42 €	
CGD – PT 0035901500058151091		439.460,00 €	17.12.2007	17.12.2019	0	0	39.223,80 €	
CGD – PT 0035901500075447091		289.323,75 €	20.03.2012	20.12.2020	33.065,58 €	1	33.065,58 €	X
CGD – PT 0035901500075455091		394.637,25 €	20.03.2012	20.12.2020	45.101,40 €	1	45.101,40 €	
CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga – Emp. N.º 56049915738		761.133,82 €	15.11.2010	15.11.2030	511.159,49 €	12	43.477,00 €	X
PAEL Prog. I	Emp.0289E118132012.01	410.291,32 €	15.11.2013	15.05.2027	219.798,65 €	9	29.306,52 €	X
	Emp.0289E118132012.02	158.598,90 €	15.11.2013	15.05.2027	84.963,81 €	9	11.328,46 €	
	TOTAL	**7 464 163,61€**			**1.895.114,56 €**		**558.125,83 €**	

(a) Os empréstimos assinalados com "X" são empréstimos excecionados dos limites de endividamento.

6.2.2 - Evolução dos Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo

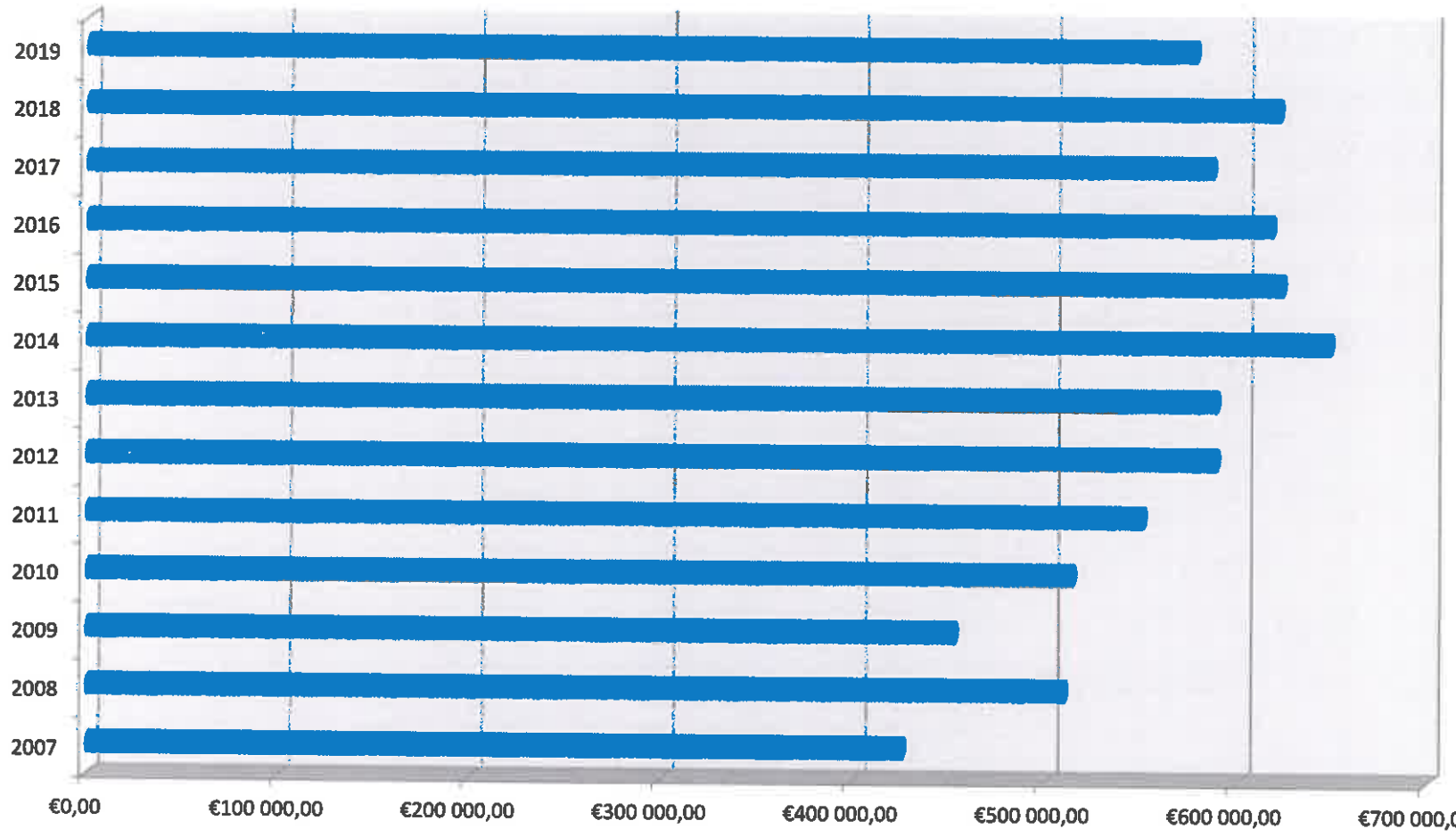
ANOS	Valor em dívida em 31 de Dezembro
• 2003	4.195.124,63 €
• 2004	4.936.658,58 €
• 2005	5.357.425,48 €
• 2006	5.617.558,70 €
• 2007	5.595.875,87 €
• 2008	5.963.228,51 €
• 2009	5.928.581,36 €
• 2010	5.603.570,72 €
• 2011	5.747.345,03 €
• 2012	5.383.724,76 €
• 2013	5.415.888,55 €
• 2014	4.792.025,39 €
• 2015	4.210.732,79 €
• 2016	3 613 798,17 €
• 2017	3 052 104,49 €
• 2018	2 453 240,39 €
• 2019	1.895.114,56 €

Evolução dos Empréstimos Medio Longo Prazo



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valores	5 595 875,87	€5 963 228,5	5 928 581,36	5 603 570,72	5 747 345,03	5 383 724,76	€5 415 888,5	€4 792 025,3	4 210 732,79	3 613 798,17	3 052 104,49	2 453 240,39	1 895 114,56

Evolução do Serviço de Divida Médio Longo Prazo



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valores	€424 260,60	508 417,95 €	451 297,51 €	512 647,83 €	549 229,83 €	€587 119,96	587 057,16 €	646 558,81 €	€621 109,74	€615 558,31	€584 781,48	619 449,53 €	575 896,94 €

7 – Indicadores de Gestão Orçamental

A criação de indicadores servirá essencialmente à função de supervisão de gestão, permitindo a verificação, o acompanhamento e a informação de todos os atos de decisão tomados ao longo da atividade financeira da autarquia e da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

7.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Cobertura das despesas totais pelas receitas totais	Receita Total / Despesa Total	106,53%	101,78%	99,50 %	112,82 %

Este indicador mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

No ano 2019, as Receitas Totais cobriram a Despesa Total em mais de 12 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes	Receita Corrente / Despesa Corrente	126,93%	125,75%	121,72 %	124,38 %

Este indicador mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza.

Um valor de 124,38 % significa que houve um excedente de receitas correntes para fazer face às despesas correntes em cerca de 24 p.p. Isto quer dizer, que o Município teve um Superavit na relação Receitas Correntes/Despesas Correntes.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Cobertura das despesas capital pelas receitas capital	Receita de Capital / Despesa de Capital	39,71 %	47,45 %	43,57 %	73,58 %

Este indicador mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza.

Um valor de 73,58 % significa que as receitas de capital, não foram suficientes para financiar as despesas de capital em cerca de 27 p.p.

O que significa que o investimento de capital, teve que ser suportado, numa parte com recurso á receita corrente, onde se incluem as taxas e tarifas arrecadadas pelo município, impostos directos e indirectos e a venda de bens correntes. Importa referir, que este indicador teve o melhor desempenho dos últimos anos.

Se por um lado, a alteração da afectação das verbas atribuídas aos municípios pelo Orçamento do Estado privilegiando mais receitas correntes em detrimento das receitas de capital, com natural reflexo na taxa de cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital.

Outro ponto importante a referir foi o Município não ter recorrido à venda de património nem a empréstimos de médio e longo prazos para suportar a sua actividade.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Cobertura das despesas com recurso a empréstimos	Passivos Financeiros (Receita) / Despesa Total	0,00 %	0,00 %	0.00 %	0.00 %

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas totais (correntes e de capital) da autarquia com recurso a empréstimos de médio e longo prazo. Em relação a 2019, a autarquia não recorreu a empréstimos de nenhuma natureza.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Cobertura da despesa total por receitas controladas pela autarquia	Receitas Próprias / Despesa Total	24,86 %	21,72 %	23,25 %	29,07 %

Este indicador, mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias do município.

As receitas próprias geradas pela autarquia financiam cerca de 29,07 % a totalidade da despesa. O que significa que o Município não está a conseguir gerar receitas próprias suficientes para cobrir a despesa total, apenas financia pouco mais de 1/3 da sua actividade com recurso a receitas próprias. O aumento das receitas próprias, em especial na rubrica de serviços (Serviços Específicos das Autarquias e Resíduos Sólidos), foram os principais responsáveis pelo aumento deste índice.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso de fundos correntes e de capital na despesa total	Fundos Municipais / Despesa Total	68,25 %	64,15 %	64,42 %	68,95 %

Este indicador, mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais (receitas provenientes do Orçamento do Estado – FEF, FSM e Participação Fixa no IRS).

A dependência do Município em relação aos Fundos Municipais manteve-se em 2019 com um pequeno aumento em relação ao ano de 2018. Deste modo, mais de 68,95 % das despesas correntes e de capital do Município, estão dependentes dos fundos municipais.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das Transferências da Administração Central na despesa total	Transf. da Ad. Central / Despesa Total	72,62 %	74,88 %	73,33 %	83,33 %

O peso das transferências da administração central, na despesa total, superou os 83 %. O que significa, que o município está dependente das transferências do estado para fazer face à sua despesa total. Em relação ao ano 2019, este nível de dependência, aumentou 10 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso da Receita Local na Despesa Total	Receita Cobrada Localmente / Despesa Total	13,53 %	12,77 %	13,05 %	18,27 %

Podemos constatar neste indicador, que 18 % da receita cobrada localmente financia a despesa total. Relativamente ao ano transato houve uma variação positiva em 5 p.p. Podemos constatar que ao longo dos anos, a receita local, não tem sido suficiente, para cobrir a Despesa Global.

7.2 – Estrutura da Receita

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Comparação entre receitas próprias e totais	Receitas Próprias / Receita Total	23,34 %	21,34 %	23,37 %	25,77 %

Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Relativamente ao ano transato, houve um aumento de cerca de 2 p.p. Podemos constatar, que o peso das receitas próprias, não consegue crescer para níveis mais sustentáveis, e apenas consegue gerar 1/4 no total das receitas.

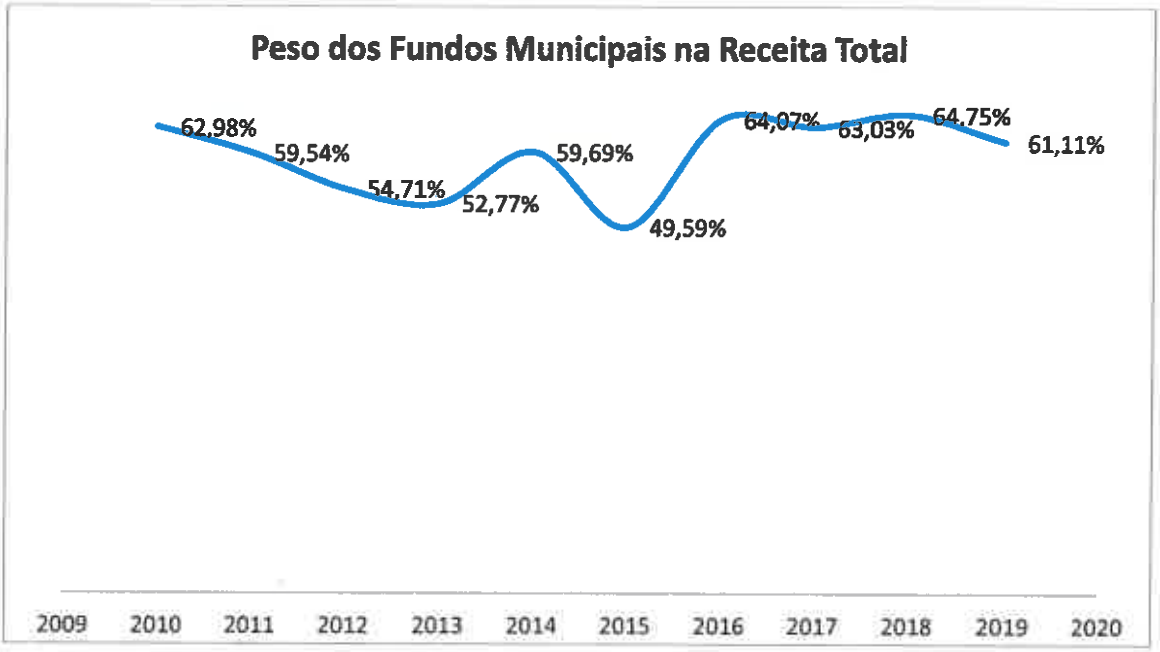
Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso da receita cobrada localmente na receita total	Receita Cobrada Localmente / Receita Total	12,70 %	12,55 %	13,12 %	16,19 %

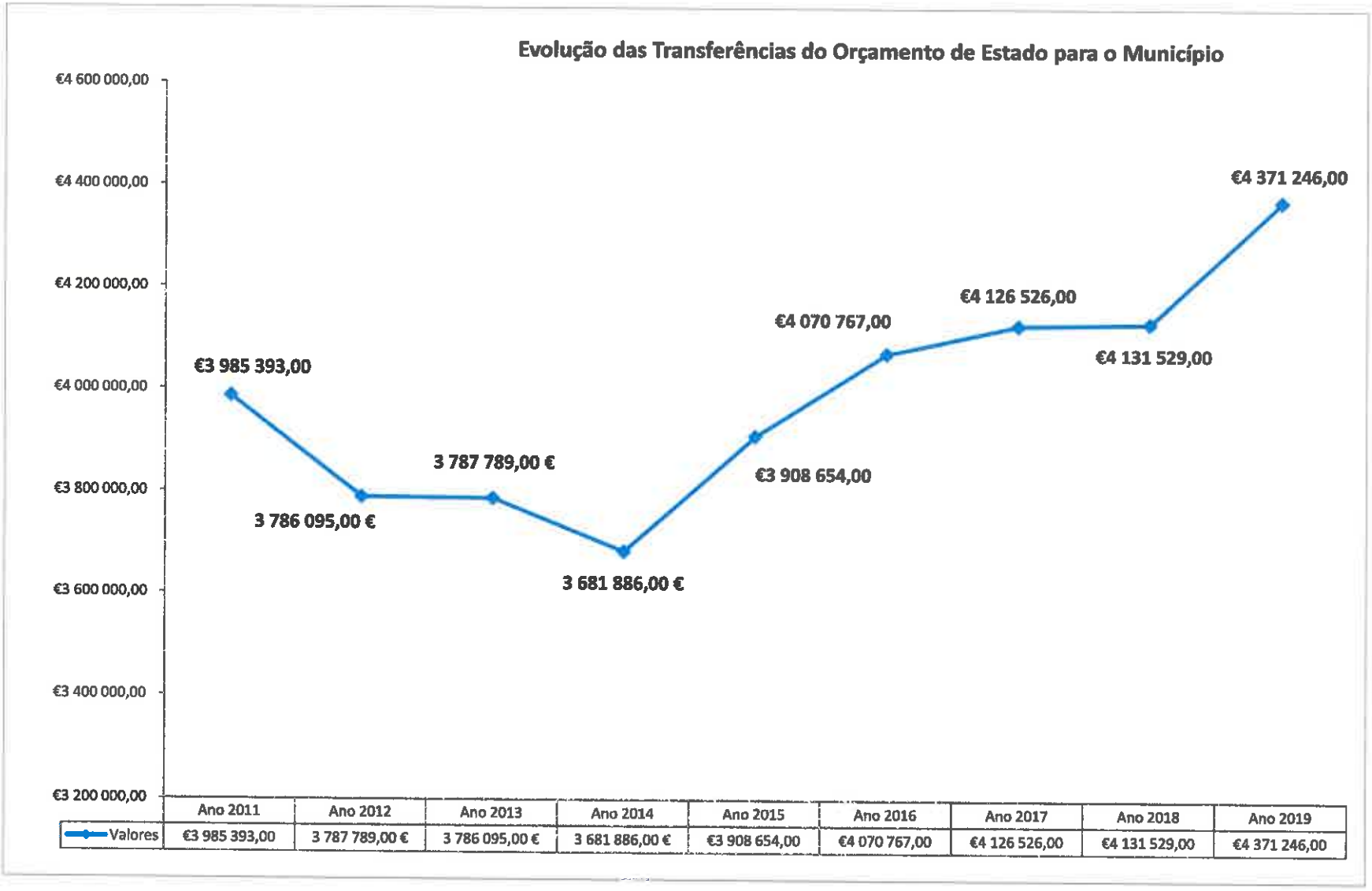
Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais. No ano 2019, cerca de 16,19 % da receita total advém da receita cobrada localmente. São consideradas receitas locais: feiras e mercados, loteamentos e obras, saneamento, água, ocupação da via pública, taxas do lixo, etc.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso dos impostos nas receitas totais	Impostos Directos / Receita Total	10,63 %	8,79 %	10,25 %	9,58 %

Este indicador revela-nos o peso dos impostos diretos como o IMI (Imposto Municipal de Impostos), IUC (Imposto Único de Circulação), na estrutura da receita da autarquia. Em relação a 2019, este indicador teve uma diminuição, em cerca de 1 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso de fundos correntes e de capital na receita total	Fundos Municipais / Receita Total	64,07 %	63,03 %	64,75 %	61,11 %




Evolução das Transferências do Orçamento de Estado para o Município
€4 600 000,00
€4 400 000,00
€4 200 000,00
€4 000 000,00
€3 800 000,00
€3 600 000,00
€3 400 000,00
€3 200 000,00
€3 985 393,00
3 786 095,00 €
3 787 789,00 €
3 681 886,00 €
€3 908 654,00
€4 070 767,00
€4 126 526,00
€4 131 529,00
€4 371 246,00
Ano 2011 | Ano 2012 | Ano 2013 | Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019
Valores | €3 985 393,00 | 3 787 789,00 € | 3 786 095,00 € | 3 681 886,00 € | €3 908 654,00 | €4 070 767,00 | €4 126 526,00 | €4 131 529,00 | €4 371 246,00

O peso das transferências dos fundos municipais na receita total da autarquia é de 61,11%, tendo havido uma diminuição em 3 p.p. neste indicador.

A dependência do município, em relação aos fundos municipais, oscilou nos últimos 10 anos, entre os 50 %. e os 70 %. A média dos últimos 10 anos foi de 59,22 %. Podemos constatar, que o Município continua a depender fortemente, na razão directa dos impostos arrecadados pelo Estado, mas com uma tendência de altos e baixos ao longo dos últimos anos.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso dos empréstimos de terceiros na receita total	Passivos Financeiros / Receita Total	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia. O Município não recorreu a empréstimos nos últimos 4 anos.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das transferências comunitárias na receita total	Transferências Correntes e de Capital obtidas no âmbito da UE / Receita Total	6.08 %	9,47 %	8,95 %	8,38 %

Este indicador mede a importância do peso das transferências comunitárias, na receita total da autarquia.

A dependência das transferências provenientes dos fundos comunitários na totalidade do orçamento da receita da autarquia foi de 8,38 %. Relativamente ao ano de 2019 houve uma diminuição marginal deste rácio.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das receitas da venda de bens, serviços e de investimento na receita total	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento / Receita Total	8,89 %	8,50 %	5,76 %	6,51 %

Mede o peso da receita proveniente da venda de bens, serviços e de capital na receita total.

No ano 2019, o Município não realizou vendas de bens de capital.

7.3 - Estrutura da Despesa

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso da despesa de capital na despesa total	Despesa de Capital / Despesa Total	24,67 %	31,30 %	28,53 %	22,82 %

Este indicador mede o peso da despesa de capital na totalidade da despesa, ou seja da totalidade da despesa efetuada e paga pela autarquia, 22,82 % destinou-se à despesa de capital.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso da Locação Financeira na despesa total	Investimentos em Locação Financeira / Despesa Total	0.23 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

O peso da locação financeira na despesa total tem sido insignificante no decurso dos anos. Em 2019, o Município não recorreu a operações de locação financeira para se financiar.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das Transferências Comunitárias na despesa total	Transferências de Capital (Despesa) / Despesa Total	1,75 %	1,50 %	2,14 %	2,05 %

Este indicador mede o peso do investimento indirectamente realizado pela autarquia, através de transferências de capital para outras entidades, na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso do Pessoal na despesa total	Pessoal / Despesa Total	38,53 %	35 %	35,91 %	40,74 %

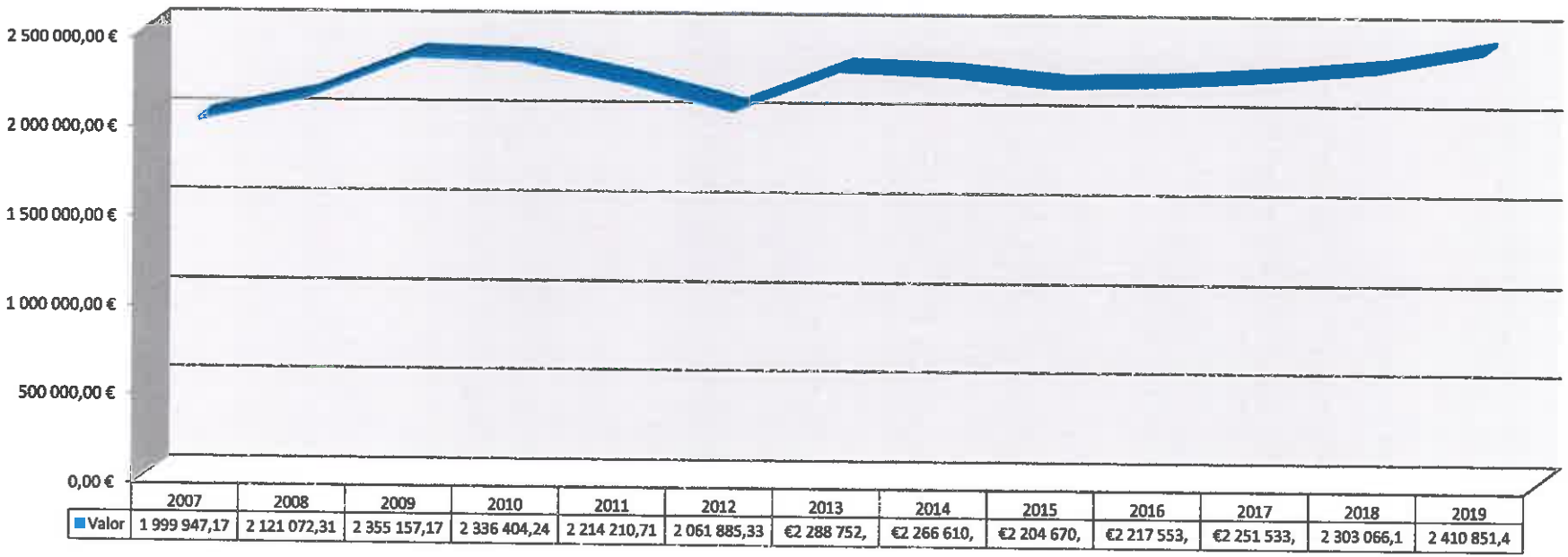
Este indicador mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total.

Este valor comporta toda a despesa afecta a pessoal. Ou seja, não só as remunerações com o pessoal mas também as despesas com as remunerações dos órgãos autárquicos, os suplementos de remunerações, as prestações sociais directas os encargos sobre as remunerações

e outros custos com o pessoal. Mais de 40 % da despesa total tem a ver com a rubrica de pessoal.

7.3.1 - Evolução das Despesas c/ Pessoal em Termos Totais

Evolução das Despesas c/ Pessoal em Termos Totais



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor	1 999 947,17	2 121 072,31	2 355 157,17	2 336 404,24	2 214 210,71	2 061 885,33	€2 288 752,	€2 266 610,	€2 204 670,	€2 217 553,	€2 251 533,	2 303 066,1	2 410 851,4

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso do pessoal na despesa total	Pessoal: Remunerações certas e Permanentes / Despesa Total	29,64%	26,59 %	27,26 %	30,77 %

Este indicador mede o peso da despesa com as remunerações certas e permanentes na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso da despesa com investimento direto	Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	41,80 %	31,30 %	28,53 %	22,82 %

Este indicador mede o peso da despesa com investimento directo na despesa total. O Investimento em Capital, ou seja, terrenos, habitações, sistemas de água e de saneamento, parques e jardins, (...) no decorrer do ano 2019, teve uma diminuição em relação ao ano anterior, em cerca de 6 p.p. na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso dos bens e serviços correntes	Aquisição de Bens e serviços Correntes / Despesa Total	29,93 %	26,36 %	27,60 %	27,09 %

As aquisições de bens e serviços correntes correspondem a 27,09 % do total das despesas decorrentes da actividade da autarquia. Os Gastos com as Despesas de Educação, nomeadamente as actividades extracurriculares, transportes escolares, têm aqui um peso muito significativo na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso do Serviço da Dívida	Serviço da Dívida / Despesa Total	10,70 %	9,57 %	9,86 %	9,95 %

O peso do serviço da dívida, ou seja as amortizações e juros dos empréstimos de médio e longo prazo assumem um peso de 9,95 % na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das Amortizações na Despesa Total	Amortizações de Empréstimos / Despesa Total	10,18 %	9,22 %	9,54 %	9,65 %

A amortização da dívida correspondeu a 9,65 % da despesa total. Em termos de valores, o Município amortizou 558.095,61 € no ano 2019. Também no corrente ano, finalizou o pagamento do Empréstimo PT 0035901500058151091, que havia sido contraído em 2004, no valor de 439.460,00 €, para Despesas Diversas: "Beneficiação da Estrada Municipal de ligação Alhais/Póvoa"; Construção da Rede de Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de Adomingueiros"; "Construção da rede de Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de Carvalha".

7.4 - Relação dos Fundos Municipais Correntes com as principais componentes da Despesa Corrente

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das Amortizações na Despesa Total	Pessoal / Fundos Municipais Correntes	62,34%	60,14 %	61,53 %	65,21 %

Mede a relação do acréscimo dos fundos municipais correntes com o acréscimo da despesa como pessoal. Permite observar se a evolução dos fundos municipais correntes acompanha a evolução salarial.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2016	2017	2018	2019
Peso das Amortizações na Despesa Total	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Fundos Municipais Correntes	48,42%	42,29 %	47,29 %	43,36 %

Mede a relação do acréscimo dos fundos municipais correntes com o acréscimo da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes. Permite observar se a evolução dos fundos municipais correntes acompanha a evolução da despesa de bens e serviços correntes.

7.5 - Relação das receitas cobradas localmente com as principais componentes da despesa corrente

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso da aquisição de bens e serviços correntes na receita cobrada localmente	Pessoal / Receita Cobrada Localmente	282,90%	284,70%	274,13%	275,21%	223,06%

O rácio supra, mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas cobradas localmente pela autarquia local. Significa que 123,06 p.p das despesas com pessoal, não são cobertas pela receita cobrada localmente, havendo necessidade de recorrer a outras receitas para suportar os custos com pessoal.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso da aquisição de bens e serviços correntes na receita cobrada localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Receita Cobrada Localmente	203,51 %	221,13%	206,41 %	211,52%	148,31%

Mede o grau de cobertura das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas cobradas localmente pela autarquia local.

Como já tínhamos referido anteriormente existe uma grande dificuldade em gerar receitas locais de forma a cobrir a aquisição de bens e serviços correntes. No entanto, esta situação é comum em municípios da nossa dimensão.

Relativamente a 2019, cerca de 48,31 p.p da aquisição de bens e serviços, não podem ser suportados com recurso á receita cobrada localmente.

7.6 - Grau de financiamento do investimento

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Relação do investimento com os fundos municipais de capital	Fundos Municipais de Capital / Investimento Total	19,49 %	54,33 %	35,47 %	37,14 %	49,92 %

Este indicador mostra-nos que 49,92 % do investimento pago é coberto directamente pelos fundos municipais de capital. Tal como na despesa corrente, também aqui os Fundos Municipais têm uma importância significativa no financiamento do investimento. O Investimento Total (PPI) em 2019, foi de 1.350.601,83 €, tendo havido uma diminuição em relação ao Investimento Total de 2018 que foi de 1.829.728,82 €.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso dos bens de investimento	Venda de Bens de Investimento / Aquisição de Bens de Capital	0,15 %	2,14 %	7,45 %	0,00 %	0,00 %

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas com o investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital. No ano 2019 não houve vendas de Bens de Investimento.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso das transferências da administração central e local	Transf. da Ad. Central e Local / Aquisição de Bens de Capital	266,88%	611,91%	377,19 %	449,70 %	776,94 %

Este indicador mede o peso das receitas provenientes da administração central e local no financiamento do investimento autárquico.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso das transferências correntes e de capital	Transf. Correntes e de Capital Obtidas no âmbito da EU / Investimento Total	60,36 %	54,58 %	48,53 %	54,62 %	88,17 %

Este indicador mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento autárquico.

7.7 - Grau de cobertura da despesa

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso das receitas correntes nas despesas de funcionamento	Receita Corrente / Despesa de Funcionamento (Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Outras Despesas Correntes)	142,13%	139,16%	137,32%	135,28 %	139,48 %

Em 2019, a receita corrente foi mais que suficiente, para financiar as despesas de funcionamento, em cerca de 39,48 p.p. Este indicador, tem vindo a sustentar esta média entre os 30 p.p. e os 40 p.p.

7.8 - Outros Rácios

Tendo em conta os novos Censos 2011, a população diminuiu em relação aos Censos 2001, passou de uma população de 6.141 habitantes para uma população de 5.174 habitantes. Esta diminuição de 967 habitantes em 10 anos, teve impacto nos indicadores, visto a repartição, quer dos Fundos, Receita ou Despesa tem em conta, um menor número de habitantes.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Peso da Receita Total Per Capita	1.512,67 €	1.185,02 €	1.265,34 €	1.233,22 €	1.290,32 €

Permite analisar o volume de receitas arrecadadas por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Peso da Despesa Total Per Capita	1.379,45 €	1.112,39 €	1.243,19 €	1.239,46 €	1.143,8 €

Permite analisar o volume de despesas efectuadas por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Próprias Per Capita	150,62 €	150,54 €	158,74 €	161,74 €	208,89 €

Permite analisar o volume de receitas próprias reunidas pela autarquia por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Fundos Municipais Per Capita	750,13 €	759,26 €	811,07 €	798,52 €	844,84 €

Permite analisar o volume de receitas decorrentes da participação nos impostos do estado (PIE) que cabe à autarquia por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Investimento Per Capita	363,23 €	132,03 €	246,78 €	202,12 €	122,66 €

Permite analisar o impacto das despesas de investimento pagas por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Despesas com Pessoal Per Capita	426,11 €	428,60 €	435.16 €	445,12 €	465,96 €

Permite analisar o impacto de despesas com pessoal por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Serviço da Dívida Per Capita	197,59 €	118,97 €	119,02 €	122,18 €	113,76 €

Permite analisar o impacto do serviço da divida pago pela autarquia por habitante.

Rácio	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa média com o Pessoal	18.526,64 €	18.634,90 €	18.920,45 €	19.353,50 €	20.259,26 €

Este indicador reflecte o valor médio da despesa por funcionário da autarquia.

7.9 – Grau de cobertura do saldo final de gerência e peso do serviço total de dívida

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018	2019
Peso do Serviço da Dívida	Serviço da dívida/ Receita total	13,06 %	10,04 %	9,41 %	9,91 %	8,82 %

O Serviço da Dívida em 31/12/19, isto é, o somatório das amortizações e juros de todos os empréstimos de médio e longos prazos, foi de 575.866,94 €. Em relação ao ano anterior, houve uma diminuição -43.582,59 €, neste peso da divida.

8 - Indicadores de Gestão Patrimonial

Acresce ainda o facto de o POCAL impor um conjunto de regras de contabilização, algumas das quais desvirtuam, por completo, a realidade económica e financeira dos Municípios, dificultando os trabalhos de registo e de encerramento.

A análise dos indicadores de gestão patrimonial perseguem o objectivo de tentar compreender as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da autarquia,

designadamente as decisões de investimento/financiamento, liquidez, endividamento bem como medir a capacidade da autarquia em solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

Assim, utilizou-se um conjunto de rácios cuja interpretação nos ajudará a compreender os fenómenos descritos no parágrafo anterior.

8.1 – Rácios de Liquidez

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

8.1.1 - Liquidez Geral

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1	Activo Circulante / Passivo Circulante	90,38 %	98,06 %	99.85 %	124,91 %	185,66 %

Este indicador mede a capacidade da autarquia solver os seus compromissos de curto prazo com recurso aos bens circulantes (Existências, Dívidas de Terceiros e Disponibilidades).

O valor de **185,66 %** significa que o Município não tem dificuldades em solver os seus compromissos de curto prazo. Em relação ao ano anterior, melhorou este índice em 61 p.p.

8.1.2 - Liquidez Reduzida

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
2	Activo Circulante - Existências / Passivo Circulante	89,21 %	97,86 %	99,85 %	124,91 %	185,66 %

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior. Contudo, a rapidez da satisfação da dívida a curto prazo é agora analisada para um período menor.

8.1.3 - Liquidez Imediata

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
3	Activo Circulante – Existências - Créditos / Passivo Circulante	76,85 %	86,80 %	91,36 %	111,27 %	166,22 %

O valor mais significativo do ativo circulante, são as disponibilidades, com um valor de Balanço de 2.130.382,46 €.

8.2 – Rácios de Alavanca Financeira

RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA (EMPRÉSTIMOS A CURTO, MÉDIO E LP)

8.2.1 - Grau de dependência dos empréstimos a curto, médio longo prazos

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
4	Empréstimos de curto, médio e longo prazo / Activo Líquido	16,17 %	13,99 %	11,73%	9,44 %	9,28 %

Este indicador mede o grau de dependência do activo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia.

Significa isto que a autarquia tem vindo nos últimos anos a diminuir o seu grau de dependência de empréstimos bancários. Este valor do ano 2019, é mesmo o valor mais baixo dos últimos 5 anos.

Se atentarmos ao valor relativamente baixo das dívidas a terceiros temos de concordar que o Município não utiliza os empréstimos para outra coisa senão para efectuar investimentos.

8.2.2 - Cobertura dos encargos financeiros

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
5	Resultados Operacionais / Encargos Financeiros	214,74%	-125,82%	2.447,94 %	1.849,32 %	3.427,10 %

Através deste indicador, visualizamos a forma como a autarquia gera resultados para pagar os encargos financeiros produzidos pela dívida.

Este rácio indica-nos que os resultados operacionais dos dois últimos anos têm vindo a cobrir significativamente os encargos financeiros (juros). Em 2019, a autarquia liquidou na rubrica de Encargos Financeiros (Juros) o valor de 17.771,11 €.

8.2.3 - Cobertura do Serviço de Dívida

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
6	Resultados Operacionais / Serviço da Dívida	70,80 %	-5,66 %	78,12 %	86,08 %	205,44 %

Os resultados operacionais produzidos não foram no entanto suficientes para cobrir o serviço da dívida (amortizações e juros).

8.2.4 - Endividamento

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
7	Dívida de curto, médio e longo prazo / Fundos Próprios e Passivo	19,05 %	17,02 %	15,27 %	12,40 %	10,40 %

Este rácio apura a extensão com que o Município utiliza o capital alheio (nomeadamente empréstimos bancários e fornecedores) no financiamento das suas actividades, constatando-se uma progressiva diminuição da dependência de capital alheio. Em relação ao ano 2019, passou a ser contabilizado o valor da conta patrimonial 231212 Empréstimos a Longo Prazo - Componente a Curto Prazo (Dividas a Terceiros Curto Prazo) que neste caso foi 441.928,39 €, o que não aconteceu nos anos anteriores.

8.2.5 - Estrutura do Endividamento

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
8	Dívidas a terceiros de curto prazo / Fundos Próprios e Passivo	4,14 %	5,22 %	5,56 %	5,02 %	4,90 %

Quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto prazo. Em relação ao ano 2019, passou a ser contabilizado o valor da conta patrimonial 231212 Empréstimos a Longo Prazo - Componente a Curto Prazo (Dividas a Terceiros Curto Prazo) que neste caso foi 441.928,39 €, o que não aconteceu nos anos anteriores.

8.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

RÁCIOS DE AUTONOMIA E SOLVABILIDADE

8.3.1 - Autonomia Financeira

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
9	Fundos Próprios / Activo Líquido	42,21 %	41,86 %	49,64 %	52,54 %	55,37 %

Este indicador traduz a percentagem de ativos que está a ser financiada por fundos próprios, sendo um indicador relevante quando se analisa a capacidade de endividamento do Município, ou seja, a capacidade de contrair empréstimos de médio e longo prazos, suportada pelo fundos próprios.

A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja quando o passivo a médio e longo prazos iguala os capitais próprios.

O rácio de autonomia financeira é um rácio financeiro que mede assim a solvabilidade do Município através da determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da autarquia. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Em suma, a evolução deste indicador mostra-nos que dependência deste Município de financiamento externo tem vindo sustentadamente a diminuir, o que significa o Município tem neste momento um bom grau de autonomia financeira.

8.3.2 - Estrutura do Endividamento

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
10	Dívidas a terceiros de ML Prazo / Capitais Permanentes	26,31 %	23,63 %	20,15 %	16,82 %	13,06 %

Este indicador mede o peso das dívidas de Médio e Longo Prazos nos capitais permanentes (fundos próprios acrescidos do passivo de médio e longo prazo).

8.3.3 - Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
11	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	58,89 %	52,63 %	51,00 %	46,79 %	46,31 %

Este rácio mede a Imobilização dos Capitais Permanentes, ou seja, mede a cobertura das aplicações em capital fixo por capitais permanentes.

Este rácio deverá, em princípio, ser superior à unidade, o que refere a existência de fundo de maneio positivo. Poderá assumir valores inferiores à unidade, denunciando a existência de fundo de maneio negativo o que leva a reflectir sobre o equilíbrio financeiro da empresa.

A diferença entre os valores apresentados no numerador e no denominador representa o fundo de maneio.

8.4 – Rácios de Cobertura dos Custos Fixos

GRAU DE COBERTURA DOS CUSTOS FIXOS

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
12	Custos Fixos / Activo Líquido Total	16,17 %	13,99 %	11,73 %	9,44 %	18,86 %

9 - Resultados

9.1 - Resultado da Gerência

Município de Vila Nova de Paiva					
Ano:	**2019**				
Contas de Ordem					
Saldo da Gerência Anterior		859 490,18 €	Garantias e Cauções Acionadas		- €
Garantias e Cauções	856 883,03 €		Garantias e Cauções Devolvidas		25 289,68 €
Recibos para Cobrança	2 607,15 €		Receita Virtual Cobrada		- €
Garantias e Cauções Prestadas		284 345,37 €	Receita Virtual Anulada		- €
Receita Virtual Liquidada		- €	Saldo para a Gerência Seguinte		1 118 545,87 €
			Garantias e Cauções	1 115 938,72 €	
			Recibos para Cobrança	2 607,15 €	
TOTAL DOS RECEBIMENTOS		**1 143 835,55 €**	**TOTAL DOS PAGAMENTOS**		**1 143 835,55 €**

9.2 - Resultado da Gerência - Resumo

Conta de Documentos (Contas de Ordem)			Conta de Dinheiro (Fluxos de Caixa)		
Débito:			**Débito:**		
Saldo de abertura	859 490,18 €			1 319 670,46 €	
Entradas	284 345,37 €	**1 143 835,55 €**		7 134 354,34 €	**8 454 024,80 €**
Crédito:			**Crédito:**		
Saídas	25 289,68 €			6 323 642,34 €	
Saldo de Encerramento	1 118 545,87 €	**1 143 835,55 €**		2 130 382,46 €	**8 454 024,80 €**

9.3 - Resumo dos Fluxos de Caixa

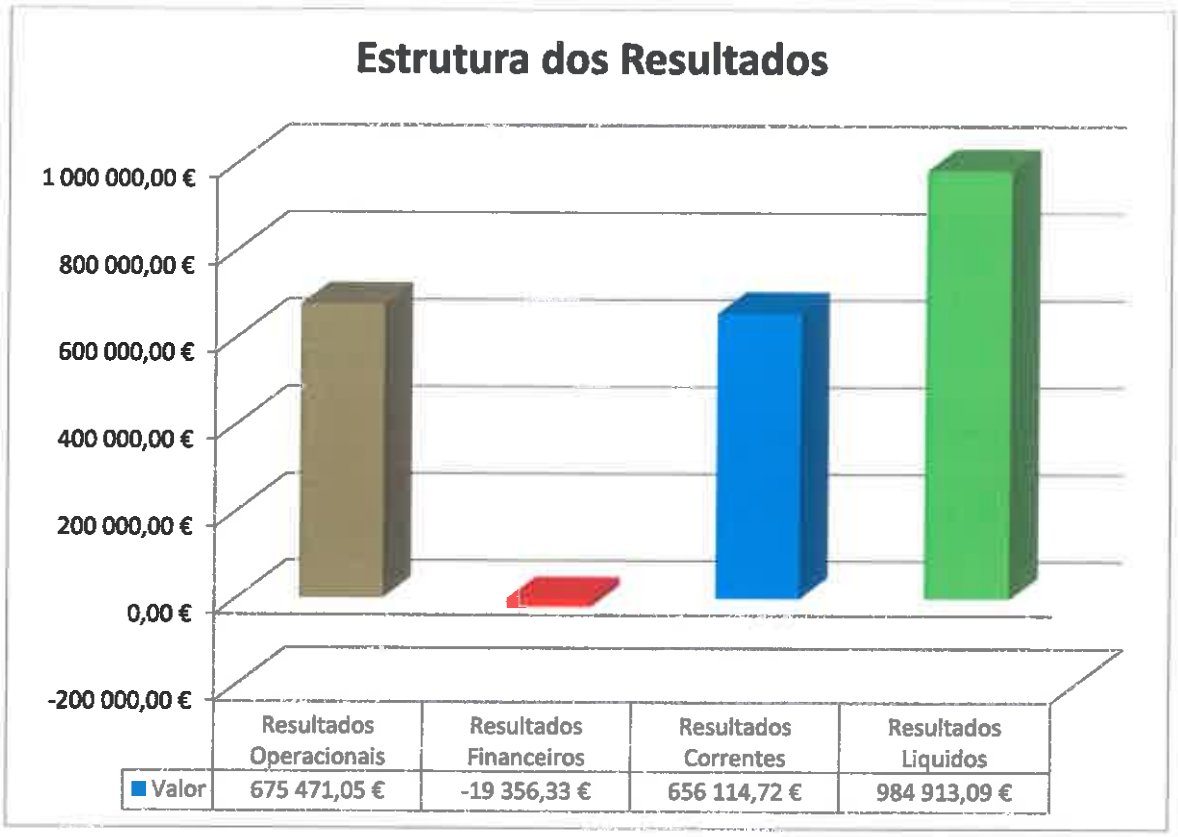
Fluxos de Caixa		
Recebimentos:		
Saldo da Gerência Anterior		1 319 670,46 €
Total das Receitas Orçamentais		6 716 871,96 €
Receitas Correntes		5 720 985,11 €
Receitas de Capital		993 759,02 €
Outras Receitas		2 127,83 €
Operações de Tesouraria		417 482,38 €
TOTAL		**8 454 024,80 €**
Pagamentos:		
Total das Despesas Orçamentais		5 917 388,67 €
Despesas Correntes (Assembleia Municipal)		9 690,80 €
Despesas Correntes		4 557 096,04 €
Despesas Capital		1 350 601,83 €
Operações de Tesouraria		406 253,67 €
Saldo Para a Gerência Seguinte:		2 130 382,46 €
Exercício Orçamental	1 790 757,02 €	
O. Tesouraria	339 625,44 €	
TOTAL		**8 454 024,80 €**

9.4 - Proposta para a aplicação dos resultados líquidos

Conforme Mapas de Balanço, da Demonstração de Resultados, dos mapas de Controlo Orçamental da Receita e Despesa e a título meramente informativo, apresenta-se de seguida a estrutura de resultados do Município, bem como a execução orçamental das Receitas e Despesas:

Norma Controlo Interno	Resultados	Valor	Grau de Execução %		
Aprovada pelo órgão executivo em 28/03/2002	Resultados Operacionais	675.471,05 €	Receita	Previsões Corrigidas	11 063 649,00 €
	Resultados Financeiros	-19 356,33 €		Receita Cob. Liquida	6 673 979,99 €
	Resultados Correntes	656.114,72 €		Total	60,32%
	Resultados Extraordinários	328.798,37 €	Despesa	Dotações Corrigidas	11 063 709,00 €
				Despesas Pagas	
	Resultado Líquido do Exercício	984.913,09 €		Total	53,48%

A estrutura dos resultados é apresentada através do seguinte gráfico:



Do exercício de 2019, resultou um resultado líquido positivo no valor de 984.913,09 € (novecentos e oitenta e quatro euros, novecentos e treze euros e nove cêntimos), que pode ser repartido em reforço do património e em constituição ou reforço de reservas como prevê o ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3.4 "é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 5.1-"Património" corresponda a 20% do "activo líquido".

Os valores do activo líquido referente ao ano de 2019 ascendem a 26 428 227,42 €, pelo que 20 % correspondem a 5 285 645,48 €.

Como o valor da conta 5.1-"Património" ascende a 5.871.253,79 € não há necessidade de haver reforços daquela natureza para o ano 2019.

FIM